



1
★
O modo petista de fazer eleições

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO E ATUAÇÃO PARLAMENTAR

SUMÁRIO

CRESCE O BRASIL, DIMINUEM AS DESIGUALDADES REGIONAIS E SOCIAIS, GANHAM OS MUNICÍPIOS	4	
I. O MODO PETISTA DE GOVERNAR E O CRESCIMENTO COM JUSTIÇA SOCIAL	7	
2. PROGRAMA DE GOVERNO	9	
3. EIXOS CONCEITUAIS COMUNS AOS PROGRAMAS DE GOVERNO	11	
Eixo 1: Participação cidadã e controle social: por uma cultura democrática e transformadora na vida pública	12	
Eixo 2: Desenvolvimento local sustentável como fator de geração de trabalho, renda e promoção da igualdade social	15	
Eixo 3: Políticas sociais e de garantia de direitos	19	
Eixo 4: Gestão ética, democrática e eficiente	22	
Eixo 5: Gestão democrática do território	26	
Eixo 6: Afirmação de direitos: raça, gênero e orientação sexual	29	
4. ETAPAS ESPECÍFICAS DE ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	33	
5. O MODO PETISTA DE ATUAÇÃO PARLAMENTAR	34	
I. Proposta de Mandato	34	
II. Diretrizes que devem nortear o Modo Petista de Atuação Parlamentar	35	
III. Funções específicas de vereadores e vereadoras	36	
IV. Relação entre bancada petista, executivo petista e o partido	38	
V. Desafios de uma candidatura e de um mandato parlamentar petistas	39	
6. ANEXOS	41	*
A1. Conquistas Municipalistas no Governo Lula	41	
A2. Compromisso partidário do(a) candidato(a) petista – resolução	42	*
7. PUBLICAÇÕES CONSULTADAS	46	
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51	*



CRESCER O BRASIL, DIMINUIR AS DESIGUALDADES REGIONAIS E SOCIAIS, GANHAR OS MUNICÍPIOS

O Brasil passa por transformações inéditas em sua história. Pela primeira vez, o crescimento econômico vem acompanhado de distribuição de renda, redução das desigualdades e geração de oportunidades. Em cinco anos e meio de governo Lula, foram criados mais de 8 milhões de empregos com carteira assinada, o salário mínimo ganhou uma política permanente de valorização e o acesso ao crédito foi democratizado.

Como resultado destas e de outras políticas – entre elas o Bolsa Família e o PRONAF – houve elevação significativa da renda das camadas mais pobres da população. Quase 10 milhões de brasileiros saíram da miséria, enquanto outros 20 milhões migraram das classes D e E para a classe C. Isso concretizou no Brasil a formação de um mercado interno de massas, perspectiva defendida pelo PT desde a campanha presidencial de 1989.

Ao mesmo tempo, o governo Lula reverteu a lógica neoliberal de seus antecessores – segundo a qual o mercado deveria cuidar de tudo – e devolveu ao Estado brasileiro seu papel de principal indutor do desenvolvimento, reestruturando a máquina administrativa, desenvolvendo políticas públicas para todas as áreas e criando um plano específico para a recuperação da infra-estrutura nacional: o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Nessas eleições municipais é preciso mostrar o sentido profundo das mudanças em curso, que começam a pôr fim à estagnação econômica e à extrema concentração de renda que marca perversamente a história de nosso país.

Esse sentido do desenvolvimento tem sido possível também graças à mudança nas relações com os municípios, mudança que redesenhou o chamado pacto federativo. A partir de um diálogo democrático, marcado pelo respeito institucional entre governo federal e governos municipais, ocorreram alterações expressivas nos padrões de financiamento do poder local e na ampliação de investimentos diretos do governo federal em programas sociais.

Durante a campanha deste ano, é preciso lembrar que os municípios brasileiros já não são mais os mesmos depois do governo Lula. E mostrar que a vitória do PT nas eleições de outubro, ou das frentes políticas que lidera ou integra, será fundamental para fortalecê-los como entes federativos, possibilitando a articulação das políticas federais com as ações previstas nos programas locais de governo, a partir das características e identidade de cada um deles.

Nosso objetivo é assegurar que a população possa partilhar os benefícios do crescimento econômico e social, que serão tanto maiores se as políticas municipais e federais estiverem em sintonia.

Por isso a formulação e o debate sobre os programas eleitorais em cada município serão ainda mais necessários em 2008, razão pela qual a consolidação e o aperfeiçoamento do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar deve ser um desafio prioritário para cada diretório municipal.

Nessas eleições, em particular, o Programa de Governo é um instrumento de convencimento sobre as possibilidades de mudança da vida das pessoas e de afirmação do projeto de desenvolvimento nacional em curso. É preciso construir hegemonia a partir dessa visão sobre os rumos do Brasil.

O vereador e a vereadora do PT, como representantes das lutas por justiça social e defesa de práticas sociais e parlamentares marcadas pela ética, devem estar comprometidos com a

*

★

★



formulação de propostas e uma atuação legislativa que permita a afirmação de direitos que contribuam com uma cidadania ativa, que permitam a melhoria das condições de vida da população, auto-organização da sociedade, especialmente dos setores populares, o desenvolvimento de cada lugar e a democratização do legislativo.

O empenho em qualificar os programas é condição da qualificação da própria campanha eleitoral e dos futuros planos de governo.

Essa é uma das formas de o PT contribuir para o aperfeiçoamento da democracia no país como aspecto indissociável do projeto de desenvolvimento em curso voltado para a emancipação e ampliação das liberdades das pessoas, condição de uma sociedade e um mundo justo e solidário, tendo sempre como inspiração nossos compromissos históricos com uma sociedade justa, igualitária e democrática, bem como as premissas e os valores do socialismo democrático que defendemos.

O presente documento é uma contribuição indispensável nessa direção. Os conceitos e diretrizes indicados deverão servir de referência para as candidaturas municipais e mandatos parlamentares no processo de elaboração dos Programas de Governo, levando em conta as características de cada lugar e as necessidades e possibilidades das pessoas, bem como dos segmentos sociais que integram.

Os eixos aqui apresentados devem orientar a formulação e articulação das políticas e propostas e guiar cada dirigente da campanha, tendo como base a produção política e as experiências de governo do PT, cujo sentido educador contribuiu para a transformação de muitas cidades em nosso país.

São eles:

1. Participação Cidadã e Controle Social: por uma cultura democrática e transformadora na vida pública
2. Desenvolvimento Local Sustentável como fator de geração de trabalho e renda e promoção da igualdade social
3. Políticas Sociais e de Garantia de Direitos
4. Gestão Ética, Democrática e Eficiente
5. Gestão Democrática do Território
6. Afirmação dos direitos: raça, gênero e orientação sexual

Esta publicação resulta de uma nova síntese de elaboração programática do Partido dos Trabalhadores, que teve como referências principais: os documentos produzidos pelo Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, sob a coordenação do Grupo de Trabalho Eleitoral em 2004; os textos sobre o papel do Executivo e do Legislativo no desenvolvimento local produzidos por grupo de trabalho da Fundação Perseu Abramo, com apoio da Fundação Friedrich Ebert; e os registros sobre as políticas que têm definido o projeto de desenvolvimento brasileiro.

Maior de 2008.

Ricardo Berzoini

Presidente Nacional do PT



I. O MODO PETISTA DE GOVERNAR E O CRESCIMENTO COM JUSTIÇA SOCIAL

A busca da construção da hegemonia política do PT, ou seja, da ampliação significativa da sua influência na vida nacional – da esfera federal aos menores municípios – passa pela identificação de suas bandeiras de luta, das propostas que apresenta à sociedade, de seus compromissos públicos e da sua forma de governar e legislar.

Sabemos que na democracia se constrói hegemonia política (*o predomínio de uma visão e de uma proposta*) no País ou numa região, com articulação de idéias, pessoas e procedimentos.

Para essa articulação é preciso trabalhar com:

- *Idéias e conteúdos comuns*, reconhecidos como marca do grupo político, principalmente as diretrizes partidárias e os compromissos públicos;
- *Métodos de ação comuns*, também reconhecidos como marca do grupo político: ética, transparência, coerência, participação, democracia e reconhecimento – e prática – da crítica como fator construtivo;
- *Organização para planejamento*, execução, monitoramento e avaliação das ações e propostas para que estas sejam viáveis e bem realizadas.

As idéias e conteúdos que identificam o PT são a base dos *Programas de Governo e atuação parlamentar* e devem marcar nosso compromisso com mudanças sociais, políticos e econômicos, frutos de métodos de ação e de organização político-administrativa comuns.

Compromissos de um governo da consolidação da mudança

- Superação da desigualdade:
A continuidade do processo de mudança

nas condições *estruturais* e *conjunturais*¹ da sociedade brasileira, revertendo a produção e reprodução da pobreza, das desigualdades e da concentração de renda.

- Garantia do protagonismo aos cidadãos e cidadãs:

A mudança no *modo de governar*, evitando que o poder de decisão sobre os destinos da coletividade fique nas mãos de poucos privilegiados, sem que a maioria da população se aproprie dos processos políticos.

- Apresentação de prioridades segundo critérios explicitamente definidos por governo e sociedade:

A mudança na *forma de direcionar recursos públicos*, que muitas vezes são distribuídos por critérios de apadrinhamento e clientelismo.

- Garantia de participação cidadã e controle social:

A mudança na *forma de construir e monitorar as políticas públicas e os serviços governamentais*, dando à maioria da população a possibilidade de opinar e de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas que lhe são oferecidas.

- Respeito e valorização das crescentes competências dos municípios:

A mudança na *forma de organizar politicamente o País*, sem que os governantes municipais sejam vistos como meros despachantes ou subalternos dos outros poderes (estaduais ou nacional).

- Garantia de igualdade de oportunidades e de acesso a serviços e bens públicos:

A mudança nos *conteúdos das políticas*

¹ **Condições estruturais** são as formas historicamente consolidadas da organização social, econômica e política. **Condições conjunturais** são aquelas derivadas da conjuntura, isto é, das correlações de forças e das situações de momen-



públicas que não atendam aos critérios de universalidade, igualdade e justiça social.

- Democratização da comunicação e da informação:

A mudança na *forma de se comunicar com a sociedade organizada e com a população em geral*, que geralmente é pouco informada sobre os processos político-administrativos, as decisões governamentais e os serviços públicos que se processam.

- Promoção do desenvolvimento local e regional:

A mudança na *forma de encarar a potencialidade dos municípios*, que vêm ganhando cada vez mais capacidade de construir seu próprio destino, a partir de novas formas de desenvolvimento local e regional.

- Garantia de co-responsabilidade na gestão pública:

A mudança na *forma de definir e cobrar responsabilidades*, para que governo e sociedade sintam-se solidariamente responsáveis pela gestão do patrimônio público e pela construção de uma sociedade justa e democrática.

- Democratização do acesso e usufruto dos avanços tecnológicos e de conhecimentos:

A mudança na *forma de impulsionar e apropriar-se do uso de novas tecnologias e de conhecimentos*, que muitas vezes servem apenas ao aumento das desigualdades e concentração de renda e poder, ficando restritas a grupos privilegiados.



2. PROGRAMA DE GOVERNO

O programa de governo é a face visível dos compromissos do Partido dos Trabalhadores, resultado de sua trajetória e construção cotidiana.

É também um desafio que traz oportunidades de ampliação de espaços, construindo relações amplas com setores sociais e políticos e provocando a análise crítica aprofundada da conjuntura.

É importante considerar que, dentre as conquistas democráticas do País, para as quais o PT muito colaborou, está a ampliação da consciência política da população, com a exigência cada vez maior de ética, coerência e transparência nas ações políticas e governamentais. Isto se constrói com discussão e debate, tal como nesse momento de elaboração do programa de governo.

Construir um programa de governo, portanto, é uma das funções primordiais do partido.

O que é um programa de governo?

- Um instrumento político que identifica o partido ou coligação e suas diretrizes;
- Uma agenda de objetivos, a partir do conhecimento da realidade, que responde aos anseios e necessidades da população;
- Um termo de compromisso que deve nortear a ação de todos os dirigentes e integrantes do partido (ou da coligação);
- A referência para as ações de campanha de todas as candidaturas do partido ou coligação ao Executivo e Legislativo;
- A referência para a construção do Plano de Governo² após ganhar a eleição;

- A referência para a gestão de governo no Executivo e no Legislativo após a posse.

É importante lembrar que um programa de governo não precisa ter todos os detalhes das propostas. Porém, essas propostas devem ser bem pensadas para que sua realização seja possível e apresentada de forma que as pessoas entendam e acreditem.

Não se pode fazer promessas ou propostas que não serão cumpridas.

Em que o programa de governo se baseia?

- Princípios e referências políticas comuns, frutos de debates e legitimados pelas instâncias partidárias;
- Análise crítica e conhecimento do contexto político e social, bem como da conjuntura local, regional e nacional;
- Conhecimento da realidade onde o programa será apresentado – isto significa saber como é o território, a história política e social local, problemas, avanços, possibilidades, potencialidades, demandas e anseios;
- Diálogo do partido com agentes e instâncias sociais, lideranças populares, pessoas detentoras de conhecimentos específicos sobre a realidade, meios de comunicação e formadores de opinião;
- Conhecimento da realidade institucional, isto é, do funcionamento legal das instituições, pois as gestões municipais, estaduais e federal têm diretrizes já estabelecidas, estruturas administrativas e ações articuladas previstas em legislação.



² **Programa de Governo** é o conjunto de propostas e compromissos apresentado pelo partido ou coligação, que norteia a ação dos candidatos na campanha e depois de eleitos. **Plano de Governo** é o resultado do planejamento concreto que define como se coloca em prática o Programa de Governo, como se administra o município.

O que o programa deve levar em conta?

- O conhecimento da realidade deve ser produzido coletivamente, incluindo pessoas que não façam parte do grupo partidário. É preciso ampliar o conjunto de cidadãos que discutem o conteúdo do programa, analisam informações, percebem potencialidades e apresentam propostas;
- Democracia se faz com participação e ampliação da consciência política. Portanto, as ações e deliberações devem ser democráticas e participativas e contribuir sempre para o avanço dos compromissos políticos;
- Difusão de informação de qualidade, de forma compreensível para a população. Nas eleições, nosso êxito também dependerá da qualidade e da transparência das informações sobre a realidade que queremos discutir e mostrar. Isso contribui para a capacitação e o fortalecimento da militância e ampliação de apoiadores, alimentando respostas rápidas aos ataques de adversários;
- Apropriação do acúmulo das experiências dos governos federal, municipais e estaduais do PT, que vêm continuamente aperfeiçoando o *Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar*;
- Ações de governos estaduais que impactam o município ou a região.

Diferenciais dos programas

Embora as propostas gerais do partido devam ser comuns em todas as campanhas municipais, os programas de governo dos diversos municípios serão diferentes entre si, pois cada município tem prioridades que nascem do conhecimento da realidade local e do que, naquele momento, a população da cidade ou região mais quer e precisa.

Política nacional

As eleições municipais se darão num contexto em que o PT é governo federal, é importante que todas as pessoas envolvidas nas campanhas municipais do partido conheçam:

- Política nacional e suas diretrizes;
- Programas e ações do governo federal que impactam, favorecem e se articulam com o município ou a região.

Além das informações que a Direção Nacional do PT está organizando para subsidiar as campanhas nas cidades, é preciso que cada município busque os canais de informação sobre diretrizes, programas, políticas e ações do governo federal, como insumos indispensáveis para seu discurso e seu programa de governo.



3. EIXOS CONCEITUAIS COMUNS AOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Por que os eixos comuns?

No Brasil, os municípios vêm ganhando papel crescente nas ações diretas de governo junto à população.

É verdade que algumas ações públicas têm de ser desenvolvidas pelas outras esferas de governo, mas é no município que, cada vez mais, afirma-se a democratização do Estado e a afirmação da cidadania. A transformação dos municípios em entes federativos, a partir da Constituição de 1988, fortaleceu sobremaneira essa tendência. E o PT, por meio de sua ação municipal, é o partido que mais tem acumulado nessa direção.

O município constitui-se, potencialmente, hoje, no mais importante espaço de democratização da ação pública. É também de construção da cidadania, considerando-se esta como um forte espaço de inclusão social e com o combate crescente às desigualdades de toda ordem, sejam econômicas, sociais, culturais, de gênero, raça ou opção sexual.

O município é, ainda, um espaço de sedimentação das relações de identidade entre as pessoas, coletiva ou individualmente, e a “coisa pública”. Nesta direção, é fundamental pensar a ação pública, tendo em vista as diferentes formas e necessidades de sua apropriação. *A identidade entre o cidadão e a cidadã e a cidade é um aspecto fundamental da construção da cidadania.*

É com esse olhar que se torna fundamental trabalhar o planejamento da cidade, da sua construção e afirmação. A identidade cidadã, para configurar-se, pressupõe que haja um profundo processo de diálogo entre a administração pública e quem vive a cidade no dia-a-dia, em cada uma de suas especificidades. A participação cidadã pressupõe existência de canais formais e institucionais para este fim, bem como para o diálogo cotidiano com as várias

necessidades de construção da cidade.

As administrações públicas tradicionais têm se pautado, na maioria das vezes, por ações espetaculosas, de grande visibilidade, buscando apenas impacto junto à opinião pública, no sentido de consolidar apoios pessoais e eleitorais futuros. O Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação e nas suas primeiras investidas na administração pública, tem buscado inverter essa lógica, pautando-se pela concretização de políticas setoriais e gerais, geradoras de cidadania, desde a busca do combate à miséria e à exclusão social até a criação de processos crescentes de participação cidadã e de novos procedimentos de gestão.

O PT vem construindo outra lógica de governo, que não se restringe aos limites de cada mandato em particular, no seu tempo de duração, mas à sedimentação de políticas cuja maturação vai além do tempo específico dos mandatos; criando pontos que impeçam retrocessos nessas políticas e visando a busca de novos patamares de serviços públicos e de gestão, com a valorização crescente da plena cidadania, compreendido aí todo o espectro do desenvolvimento sustentável.

O PT deve implementar uma agenda que seja capaz de desenvolver políticas de inclusão social e superação das desigualdades, de radicalização da democracia, de criação de canais de participação e diálogo, com capacidade de compartilhar decisões importantes entre governo e sociedade, em consonância com o projeto de desenvolvimento nacional.

Isso exige uma cultura de planejamento, eficiência e racionalidade da máquina pública e controle social de governo, com transparência e eficácia capazes de promover e garantir o desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico de todos os cidadãos e cidadãs.



É importante que essa agenda seja identificada, nas campanhas de 2008, como *Agenda do PT*.

Uma das formas de dar visibilidade à identidade do partido é, nos diversos municípios, **organizar os conteúdos dos Programas de Governo e das Propostas de Mandato em seis eixos comuns:**

1. *Participação cidadã e controle social: por uma cultura democrática e transformadora na vida pública*
2. *Desenvolvimento local sustentável como fator de geração de trabalho e renda e promoção da igualdade social*
3. *Políticas sociais e de garantia de direitos*
4. *Gestão ética, democrática e eficiente*
5. *Gestão democrática do território*
6. *Afirmção dos direitos: raça, gênero e orientação sexual*

O conteúdo do Caderno “*Diretrizes para elaboração de Programa de Governo e Atuação Parlamentar*” é uma contribuição para a crescente identificação e divulgação das propostas petistas em todo o País, a partir de conceitos e idéias comuns. No texto, leva-se em conta que:

- O exercício da ética pública e o combate à corrupção precisam ser vistos como pressupostos básicos e como qualidades intrínsecas de qualquer programa ou candidatura que se apresente sob a égide do Estado de Direito e da democracia. Portanto, não devem ser um capítulo do programa, mas compromissos reconhecidos pela população.
- Gestão ética e combate à corrupção não podem estar apoiados somente na retidão de caráter dos agentes públicos com capacidade de decisão, mas devem ser fruto de organização e de mudança estrutural da administração, de forma a garantir gestão democrática, eficiente e aberta ao controle social.
- Padrão ético de procedimentos e de relacionamentos com o cidadão e a cidadã é o que coloca em prática a noção de serviço público como bem público, ao qual, portanto, todos têm direito.

Nenhum dos eixos propostos poderá se consolidar sem estar articulado e integrado aos demais.

Cada município tem sua especificidade e

acreditamos que esses *Eixos Conceituais* podem estar presentes, como uma forma de agregação de propostas, nos programas de governo de todas as nossas candidaturas.

Eixo I: Participação cidadã e controle social: por uma cultura democrática e transformadora na vida pública

Participação cidadã e controle social são demandas das sociedades democráticas, características reconhecidas do Estado de Direito e inscritas como princípios constitucionais no Brasil, além de serem marcas reconhecidas das propostas e gestões governamentais petistas.

Nascido da preocupação de incluir os setores populares e as organizações sociais ou, ainda, envolver todos os diferentes agentes e instâncias de um determinado processo ou setor, o termo “participação” precisa hoje ser qualificado à luz dos novos contextos e demandas político-sociais.

A incorporação da demanda por participação dos movimentos sociais em quase todos os projetos políticos faz com que o termo tenha os mais variados significados: desde a presença numa concentração de cunho político, uma manifestação, uma reunião, até o ato de interferir objetivamente nos processos de decisão sobre ações ou medidas de impacto público.

Na realidade, para nós, que compromissos implica?

O conceito mais comum do termo, utilizado até meados da década de 1990, inclusive no PT, foi majoritariamente “participação popular”, designando o envolvimento de agentes ligados a segmentos e organizações sociais tradicionalmente marginalizados, que reivindicavam sua inclusão nos processos políticos e sociais.

O termo “participação cidadã” inclui e alarga a noção de “participação popular”. Ele pretende evidenciar que todos os agentes sociais devem ser considerados nas ações públicas, sejam eles tradicionalmente marginalizados ou não. Deve-se ressaltar, porém, que os setores marginalizados e excluídos merecem atenção especial para garantia de

★

★

★



sua participação nos processos sociais e políticos. O termo *participação cidadã* significa que quem participa exerce sua cidadania e, portanto, age de maneira informada e pensando no impacto das decisões que lhe dizem respeito ou que dizem respeito ao coletivo.

A *participação cidadã* deve favorecer a constituição de uma cultura democrática, em oposição à tradição clientelista e assistencialista que permeia a cultura política brasileira. É, portanto, condição para a construção de uma esfera pública que associe direitos e responsabilidades dos cidadãos e cidadãs à ação qualificada dos setores governamentais (Legislativo, Executivo e Judiciário).

Observando a experiência de governos, mesmo diferentes em suas práticas, **pode-mos identificar aspectos fundamentais que definem a concepção de participação cidadã:**

- Os espaços públicos de *participação cidadã* são espaços de explicitação e de negociação dos conflitos de interesses, pois os interesses do conjunto de agentes e segmentos sociais não são consensuais e harmônicos.

Por isso, essa “esfera pública” – espaço público de negociação e debate de idéias – demanda a existência de regras democráticas explícitas que garantam a participação efetiva e isonômica de todos os cidadãos e cidadãs. Isso vale tanto para as iniciativas de setores da sociedade como para aquelas sob responsabilidade dos governos.

Tais regras são fundamentais na constituição de canais de participação popular, na promoção de conferências e na implantação de programas de controle social do orçamento e das políticas públicas. O Orçamento Participativo é uma das formas de se prover participação e controle social da gestão.

- Existência de canais de participação, institucionalizados ou não, tais como conselhos, comitês, fóruns, que devem ser respeitados e apoiados em suas atribuições.

- *Participação cidadã* se caracteriza pela corresponsabilidade entre governo e sociedade. O governo também deve disputar, juntamente com a população, os interesses em torno de

seu projeto (que tem legitimidade na representação pelo voto), pois o governo é ator central do processo participativo e não mero portavoz dos interesses difusos na sociedade.

- A informação explícita, inteligível e disponível, em todo o processo, é condição para a *participação cidadã*. A manutenção dos privilégios no acesso às informações é fator de redução da possibilidade da *participação cidadã* e é provocada também pelo uso de linguagens pouco compreensíveis e pela falta de universalização dos meios de acesso (jornal, rádio, Internet etc.).

- No âmbito interno dos governos, a participação informada de todos os seus agentes (decisores por representação popular ou delegação, assessores, operadores de políticas, servidores públicos) garante planejamento e execução coerentes com diretrizes e mecanismos publicamente compromissados.

A *participação cidadã* tem que vir acompanhada de possibilidade de controle social.

Controle social significa o monitoramento, pela sociedade – de forma organizada e institucionalmente reconhecida –, dos processos político-administrativos e das políticas públicas, desde sua elaboração até sua avaliação e replanejamento. Trata-se de fortalecer, ao mesmo tempo, o papel do Estado e da sociedade.

O *controle social* envolve controle dos gastos do governo e a participação ativa da sociedade nos processos de gestão, o que exige mecanismos institucionalizados³, com o objetivo de permitir que qualquer cidadão ou cidadã possa contribuir para a elaboração e execução de políticas públicas, **sugerindo, opinando, monitorando sua execução e avaliando os serviços prestados.**

Trata-se de adotar práticas de gestão pública que articulem a participação dos agentes institucionais, do governo e sociais.

A Constituição Brasileira, as constituições estaduais e leis orgânicas municipais já estabelecem, desde 1988, direitos e instrumentos institucionais de participação e controle social, tais como plebiscito, *referendum*, conselhos, comitês, conferências municipais e nacionais, orçamento participativo etc.

Agregando os termos *participação cidadã* e *controle social* teremos um conceito mais pró-

³ **Mecanismos institucionalizados** são aqueles reconhecidos e normatizados pelos poderes públicos.



ximo do que se pretende para garantir participação cidadã efetiva nos processos decisórios.

Para que haja participação cidadã e controle social é preciso:

- Criar canais de participação e de controle social das políticas públicas, tais como conselhos, comitês, comissões, fóruns, conferências, consórcios e outras, institucionalizados ou não, com condições de funcionamento;
- Compreender a participação e o controle social como ações articuladas de diversos agentes políticos e sociais, independentes do Poder Executivo, cujas diversidade e autonomia de decisão devem ser respeitadas;
- Defender e constituir espaços de participação para que estes sejam compreendidos como processos e não como eventos, diretamente vinculados à forma de governo e de organização da sociedade. Esses espaços devem existir nos diferentes processos de planejamento das políticas de desenvolvimento da cidade. Isso significa que devem ser assegurados desde a elaboração do programa de governo;
- Criar condições para o exercício da participação, tais como acesso à informação e aos meios de comunicação, adequação de horários e locais de reuniões e serviços públicos, divulgação dos procedimentos e das regras de participação, sempre considerando a cultura local, a diversidade de agentes e o uso de diferentes linguagens (incluindo braille e Libras – Língua Brasileira de Sinais), de forma a motivar a participação;
- Criar condições para que as pessoas tenham capacidade de entender e expressar suas idéias, sugestões e propostas nos espaços criados pelo poder público, utilizando recursos, técnicas e metodologias que possibilitem e facilitem o entendimento, a comunicação e a expressão;
- Superar o analfabetismo funcional, isto é, a incapacidade das pessoas entenderem e interpretar textos, de se expressarem razoavelmente por escrito, de usarem suficientemente a leitura e a escrita;
- Governar com participação e controle so-

cial e investir na mudança cultural e na capacitação dos agentes institucionais (administradores públicos, servidores, parceiros) são responsabilidades de todas as áreas do governo e não apenas de um departamento, secretaria, coordenadoria ou de algum projeto como o Orçamento Participativo. Essa deve ser uma diretriz e prática da gestão;

• Aperfeiçoar o aparato administrativo (“modernização administrativa”), garantindo, entre outros aspectos:

- Informação acessível, compreensível, precisa e sistematizada sobre todos os processos e ações governamentais por vários meios: folhetos explicativos, murais, rádio, uso da Internet, alto-falantes de praça, jornais de bairro e outros;
 - Oferta de meios de acesso à informação para os setores excluídos, de forma que o conhecimento não seja monopólio de alguns e um fator a mais de exclusão social. Exemplo: implantação de telecentros para suporte ao acesso à informação e aos serviços;
 - Aplicação de critérios de racionalidade e modernização da máquina e capacitação de seus servidores, de forma a atender as necessidades não só de eficiência e eficácia, mas também de democratização, participação e transparência;
 - Articulação dos diferentes mecanismos de participação, como o conselho do Orçamento Participativo e os conselhos setoriais;
 - Reconhecimento do Legislativo como um poder autônomo com o qual o Poder Executivo deve se relacionar;
 - Respeito aos canais institucionais de participação nas decisões do governo e à articulação deles com os canais próprios de expressão da sociedade.
- Implementar ações de fortalecimento das instituições e grupos da sociedade⁴, contribuindo para estabelecer relações entre governo e sociedade e para estimular o desenvolvimento de novos agentes sociais, de forma democrática e duradoura, promovendo capacitação desses agentes.

⁴ Tais como orientações para criação e gestão de entidades e associações, apoio a encontros e conferências de grupos sociais ou sindicais, fóruns populares etc.



Participação e governabilidade ampliada

Para um governo voltado para a transformação da sociedade, a *participação cidadã*, além de ética e politicamente justa, é também necessária e útil.

É necessária porque reforça a correlação de forças em favor da mudança, ampliando o conjunto de agentes que podem garantir a governabilidade. Com participação cidadã há maior possibilidade de construção da governabilidade ampliada (não restrita às negociações com os agentes tradicionais), pois contribui para formar opinião e aglutinar forças em torno de projetos do governo. Se os projetos são bons, respeitados e apoiados por diferentes agentes sociais, o governo tem muito mais força para negociar com o Legislativo e outros setores.

Isso é muito importante porque, numa sociedade democrática, o Executivo (governo) é apenas uma parte do poder. O Legislativo é outra parte, o Judiciário é outra e há ainda os poderes não institucionalizados dos vários segmentos sociais: empresariado, sindicatos, movimentos de base etc.

A participação cidadã é também útil porque possibilita o encontro de melhores soluções para os problemas da população. Mesmo quando o Estado formula as políticas públicas, tendo capacidade e acúmulo técnicos para isso, a elaboração será ainda melhor se incorporar a sociedade no processo, devido ao conhecimento de sua realidade e de seu espaço de vivência.

A participação cidadã transforma a sociedade em co-responsável pela boa gestão pública, pois a sociedade se reconhece naquilo que ajudou a construir.

Eixo 2: Desenvolvimento local sustentável como fator de geração de trabalho, renda e promoção da igualdade social

Um dos objetivos do governo é a garantia do desenvolvimento da sociedade e das pessoas às quais ele serve, nos seus múltiplos aspectos: social, político, cultural, econômi-

co, ambiental. O governo deve garantir isonomia, igualdade, justiça social e preservar os recursos comuns para as atuais e as futuras gerações. A isto se pode chamar desenvolvimento sustentável.

Sob esta ótica, desenvolvimento sustentável é condição estratégica para garantir o direito à cidadania e superar a pobreza, a violência e as desigualdades. O desenvolvimento da economia, assim, ganha uma conotação que não traz só crescimento, mas também alavanca aquelas outras condições.

É esta a concepção do PT de governo para o Brasil, para os Estados e para os municípios. Ela também é marcada pela ética da solidariedade, com a qual se busca, em conjunto, a superação das desigualdades.

O desenvolvimento dos municípios não é determinado apenas pelas condições locais. Ele está articulado a processos condicionantes e recursos de outras esferas mais amplas do que a do município (regionais, estaduais, nacionais e mesmo internacionais).

Desde a Constituição de 1988, quando o município ganha o caráter de ente federativo, tem crescido a responsabilidade dos municípios no processo de implantação de políticas públicas, antes atribuições preponderantes dos governos estaduais e federal.

Um dos objetivos do PT, ao assumir o governo federal, tem sido o de tornar mais efetiva a ação dos municípios na consecução das políticas públicas, ampliando condições para sua realização a partir da aprovação de uma série de medidas que garantam o repasse de recursos ou melhoria na arrecadação.

O governo federal é, assim, compreendido como importante indutor do desenvolvimento; e os municípios devem atuar de forma a se apropriar dessas oportunidades, adequando-se à regulamentação exigida para o acesso aos recursos disponíveis. É também papel do governo federal definir critérios para a aplicação de recursos públicos em programas de desenvolvimento que diminuam as desigualdades regionais.

Por outro lado, o município muito pode fazer para induzir o desenvolvimento local. É de sua responsabilidade dialogar com todos os agentes econômicos e os setores excluídos, com outras instâncias políticas e com os governos da região para encontrar as possíveis

*



formas e instrumentos de desenvolvimento.

A identificação e a valorização das atividades que podem ser alavancas para o desenvolvimento são especialmente importantes para os municípios com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Promover a economia solidária, o cooperativismo, a rede de produtores, o empreendedorismo, as microempresas e o terceiro setor é também promover desenvolvimento econômico.

É fundamental descobrir e explorar potenciais vocações do município, tendo em vista suas já existentes redes econômicas, suas riquezas naturais, suas vantagens competitivas e sua inserção na economia regional – levando em conta, sempre, o caráter sustentável do desenvolvimento.

O conhecimento das potencialidades é imprescindível para elaborar propostas locais, articuladas a ações e programas regionais que viabilizem a produção, o escoamento e a comercialização. É fundamental adequar a proposta de desenvolvimento às necessárias determinações do Plano Diretor do município, quando este existir.

O desenvolvimento dos instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor, quanto ao zoneamento ecológico-econômico⁵, pode ser fundamental para o conhecimento e a definição de vocações e potencialidades do município.

Questões importantes a considerar na elaboração de programas de governo para municípios:

a) Em relação à articulação os governos e dos planos de desenvolvimento

• O desenvolvimento local/regional desempenha papel estratégico no processo de de-

envolvimento nacional e não pode ser compreendido como contradição ou contraponto à política econômica do governo federal.

• Prefeitos e prefeitas devem participar ativamente do debate político sobre desenvolvimento regional e nacional. As entidades representativas de municípios podem e devem ser espaços de debate e articulação.

• É preciso articular o desenvolvimento local com o regional, considerando as ações municipais no âmbito das microrregiões, das macrorregiões e regiões metropolitanas.

• É preciso potencializar os benefícios e as condições favoráveis locais, o que implica também articular um ou mais municípios em torno de projetos comuns que possam potencializar a riqueza de cada um, inclusive em termos de equipamentos e disponibilidades para atendimento das demandas da população em áreas básicas (saúde, educação, cultura, produção, saneamento etc.).

• Um consórcio de prefeituras pode alavancar projetos não só de desenvolvimento econômico, mas também de capacitação para o trabalho com aplicação de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), uso de novas tecnologias e outros. A ação conjunta pode aumentar o acesso aos financiamentos públicos (estaduais e federais) e o poder de negociação com vista a investimentos privados.

• Os municípios com baixo índice de desenvolvimento econômico e social necessitam identificar suas próprias potencialidades (muitas ainda não trabalhadas) para viabilizar seus projetos de desenvolvimento local⁶ e se articular a municípios vizinhos.

• Muitos municípios optam por organizar novos *arranjos produtivos*⁷ sem condições ade-

⁵ **Zoneamento ecológico-econômico:** é a definição das vocações econômicas de áreas ou zonas, mediante estudos técnicos que levem em consideração a interação de aspectos econômicos e sociais com a capacidade de suporte do meio ambiente natural e construído, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável.

⁶ Manifestações culturais, recursos da natureza, artesanatos locais, processamento de alimentos, agregação de valor a produtos, serviços por demanda – são alguns dos potenciais a desenvolver.

⁷ **Arranjos produtivos** são conjuntos de empresas e empreendedores, localizados em um dado território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros agentes locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Portanto, o *Arranjo Produtivo Local* compreende um determinado espaço geográfico (parte de um município, conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras etc.) que possua sinais de identidade coletiva sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos. Além disso, ele deve ter a capacidade de estabelecer parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos agentes no próprio território.

quadas para isso. Entram em “guerra fiscal” e dão incentivos que diminuem a arrecadação em vez de buscar formas de potencializar seus próprios recursos e se articular com a região para a montagem desses arranjos.

- É importante que programas de governo, em especial os planos de desenvolvimento, sejam pensados e articulados entre os diferentes candidatos do PT na mesma região.
- As propostas do programa de governo são feitas numa conjuntura em que somos governo federal. Portanto, é imprescindível, mais que em outros momentos, conhecer a atual política nacional em relação ao desenvolvimento regional⁸, às políticas sociais e suas diretrizes.

b) Em relação às políticas e aos planos de desenvolvimento

- O desenvolvimento econômico e social é resultado de ação conjunta de governo e sociedade, que, em atitude co-responsável, dinamizam as potencialidades locais e estimulam uma visão empreendedora que não se atém exclusivamente às iniciativas do Estado nem só do mercado.
- O desenvolvimento não mais se prende apenas ao crescimento econômico, mas envolve a superação da pobreza e o desenvolvimento social e cultural, o que constitui enorme salto qualitativo.
- Além de reproduzir as boas experiências, é preciso promover inovação em práticas de gestão e processos de desenvolvimento. O conhecimento acumulado de lideranças, especialistas, comunidades, sindicatos, empresas, universidades e instituições locais deve ser socializado e difundido em favor dos processos de desenvolvimento sustentável.
- A ênfase na discussão do desenvolvimento econômico e social deve ser traduzida em fortalecimento de princípios e diretrizes comuns, com respeito e estímulo à potencialidade e à cultura locais. É preciso identificar, aproveitar e fortalecer vocações locais, regionais, urbanas e rurais.
- As políticas sociais, cada vez mais, têm se tornado base para o desenvolvimento, mate-

rializando-se no atendimento às necessidades dos cidadãos e cidadãs onde estes residem e trabalham. Elas podem e devem ser desenhadas considerando-se seus impactos no desenvolvimento econômico. Há fortes nexos entre as condições básicas de vida das pessoas, sua educação, saúde, seu bem-estar geral e sua capacidade produtiva e auto-estima.

- As políticas redistributivas ou de transferência de renda (Bolsa Família, Bolsa Trabalho, Pró-Jovem e outras de caráter federal, estadual ou local) são instrumentos de desenvolvimento, pois colocam as pessoas em patamares mínimos de inclusão em programas de desenvolvimento econômico e social.
- Os programas de geração de renda e de capacitação para o trabalho são partes importantes do processo de desenvolvimento e devem estar vinculados às políticas de acesso ao crédito e às tecnologias, políticas de abastecimento e de comercialização dos produtos e, ainda, da visão geral da necessidade de prestadores de serviços. Há municípios onde a geração de renda passa majoritariamente pelo aumento dos serviços e não das atividades industriais ou agropecuárias.
- As propostas para o desenvolvimento local devem ser elaboradas e traduzidas em *mecanismos institucionais*⁹, fruto de processos sistemáticos e participativos de planejamento e monitoramento pelo governo e pela sociedade, tais como Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Sustentável, Plano Plurianual, Planos de Políticas Públicas, construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Audiências Públicas, Congresso da Cidade, Agenda 21 e outras.

c) Pressupostos para o desenvolvimento local sustentado

- Cada localidade (ou região) deve se apropriar da categoria de desenvolvimento. Isto é: o *desenvolvimento local* não pode se limitar a reproduzir modelos de uma política de desenvolvimento de outro âmbito, nem só esperar que outras instâncias do governo resolvam o seu problema. Todos são protagonistas e podem contribuir para isso. O município, por meio de suas lideranças,

⁸ A proposta para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) encontra-se em www.integracao.gov.br

⁹ **Mecanismos institucionais** são formais, com diretrizes e objetivos explícitos, composição e procedimentos definidos. No caso de governos, um mecanismo institucional se formaliza por decreto, portaria ou legislação.



também deve participar de processos políticos para influir na política macroeconômica, uma matriz do desenvolvimento.

- Não existe um modelo único de desenvolvimento. Há que se ter criatividade em cada local para pensar potencialidades, sabendo que uma experiência pode conduzir a um modelo de desenvolvimento inovador. Por exemplo, não é necessariamente uma grande indústria ou a implantação de um distrito industrial tradicional que irá trazer desenvolvimento e superação da pobreza em determinada região. É preciso conhecer bem a infra-estrutura existente no município, bem como os investimentos que são – ou serão – feitos pelos governos municipais, estaduais e federal na região.

A construção de uma rodovia, de uma estrada vicinal, de um porto, de um conjunto habitacional, a extensão da rede elétrica e de comunicações, a existência de escolas técnicas ou faculdades, bem como os programas de formação profissional ou as pesquisas e estudos da economia local e regional são alguns dos elementos indutores de desenvolvimento e de atração de investimentos. Além de serem, em si, geradores de trabalho e de novas demandas locais¹⁰.

- O plano de desenvolvimento deve considerar uma visão estratégica (para onde queremos ir?) e ser matriz para a ação integrada das diferentes políticas municipais.

- Devem ser coletados, produzidos e analisados dados objetivos que indiquem tendências locais ou regionais, demandas históricas da comunidade, recursos e oportunidades em potencial como base para a construção do plano de desenvolvimento. Mantidos atualizados, serão registros contínuos para o aperfeiçoamento das experiências desenvolvidas.

- Muitas vezes o crescimento econômico acontece, mas não diminui a pobreza, porque beneficia poucos, concentra renda e não amplia as oportunidades de trabalho e de acesso às políticas públicas. Assim, em alguns lugares, a necessidade não é apenas a de criar riquezas, mas também de distribuí-las.

- O desenvolvimento deve ser sustentável econômica, social, ambiental, política, cultu-

ral e eticamente. Não se pode desperdiçar e esgotar recursos existentes, desconsiderando as necessidades das gerações futuras ou mesmo das atuais gerações. Nem desenvolver um setor social ou região às custas da manutenção ou ampliação da pobreza de outro.

- Devem ser incluídos, como instrumentos de garantia de direito ao desenvolvimento, o acesso e a universalidade das políticas públicas (educação, saúde, cultura, transporte, habitação, segurança pública, segurança alimentar, abastecimento, geração de trabalho e renda, acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação, políticas agrária e agropecuária, industrial e outras), pensados e executados de forma articulada.

d) Formas de ação

Temos no Brasil, muito especialmente no âmbito das próprias gestões petistas, várias experiências que mostram formas de ação para alavancar o desenvolvimento local e regional, tais como:

- Constituição de câmaras, conselhos, consórcios e agências de desenvolvimento local e regional;

- Cooperação entre os diversos setores da economia e trabalho, por meio de arranjos produtivos;

- Constituição de itinerários formativos, que facilitem a seqüência dos estudos de jovens e adultos e garantem melhores condições de emprego. Estes itinerários, quando possível, devem articular a formação profissional entre os níveis de ensino fundamental e superior;

- Valorização dos micro e pequenos empreendedores, com políticas de capacitação e micro-crédito;

- Apoio às incubadoras de empresas e microempresas;

- Apoio a consórcios de empresas, microempresas, empresas familiares, terceiro setor e empreendedores;

- Integração do setor informal da economia ao processo de desenvolvimento, com apoio a redes comunitárias de produção e comercialização, cooperativas e outras formas de economia solidária;

- Desenvolvimento de atividades de extensão

¹⁰ A vinda de novas empresas ou a criação de uma faculdade, por exemplo, aumenta a demanda por moradias. E a construção de moradias também implica previsão de equipamentos sociais (escolas, postos de saúde, transporte etc.).

rural em municípios com vocação agrícola;

- Implantação e manutenção de estradas vicinais;
- Sedimentação de estrutura logística para o escoamento e comercialização da produção agrícola ou industrial local, com meios de armazenagem e transporte;
- Apoio a programas de geração de emprego e renda, sob responsabilidade da prefeitura ou em parceria com outros governos, instituições sociais, universidades, sindicatos, Sebrae etc.;
- Parceria com outros órgãos públicos ou instituições que contribuem para a capacitação, captação de vagas e colocação no mercado de trabalho;
- Instituição de políticas municipais de micro-crédito;
- Gestão do governo com outras instâncias para acesso às linhas de financiamento e de micro-crédito;
- Investimentos em infra-estrutura básica e/ou parcerias regionais para seu provimento;
- Difusão tecnológica e apoio à inovação e à absorção de novas tecnologias para desenvolvimento;
- Implementação de plano de desenvolvimento local, articulado ao Plano Diretor do município;
- Implementação de políticas redistributivas de renda, tais como Bolsa Família, Bolsa Trabalho e outras, articuladas às demais políticas sociais;
- Investimento na formação e ação de agentes locais de desenvolvimento, com a função de apoiar e orientar pessoas e grupos;
- Apoio a iniciativas do terceiro setor;
- Apoio e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento do Meio Ambiente (CODEMAs).

O município precisa assumir seu papel protagonista no processo de desenvolvimento nacional e de superação das desigualdades. Uma das formas de viabilizar essa tarefa é identificar e alavancar potencialidades locais.

Eixo 3: Políticas sociais e de garantia de direitos

As políticas sociais e de garantia de direitos são parte intrínseca – e condição – do desen-

volvimento. Sua importância indica um eixo específico de discussão.

Neste eixo englobam-se as **políticas públicas** de educação, saúde, saneamento, transporte, habitação, assistência social, transferência e redistribuição de renda, direitos humanos, abastecimento e segurança alimentar, geração de trabalho e renda, segurança pública, cultura, lazer, esporte, políticas agrária e agropecuária, meio ambiente e inclusão digital.

Essas políticas dizem respeito diretamente à garantia de direitos e à condição do seu exercício por meio da inter-relação das ações.

É importante observar que a viabilização de políticas sociais, de forma democrática e planejada, contribui para a superação da exclusão e das desigualdades, para que a participação cidadã se efetive e, ainda, para que o trabalho e a produção se desenvolvam em melhores condições.

O fortalecimento e a garantia de direitos devem ser premissas de todas as políticas públicas e podem ser objeto de programas e campanhas especiais, tais como ações para a formação e comunicação, visando conhecimento da sociedade sobre o Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, direitos das mulheres, combate à violência contra a mulher e a criança, combate à exploração sexual de crianças, combate ao racismo, garantia de direitos aos portadores de deficiências, crianças e adolescentes, idosos, combate ao trabalho escravo e outros.

Independentemente do objeto específico de cada uma das políticas sociais, devem ser **premissas comuns**:

- **A garantia de respeito aos direitos humanos** refere-se ao direito à segurança, à privacidade, ao acesso à justiça, à não-discriminação, ao tratamento justo e digno, e engloba todos os direitos sociais, políticos, econômicos e culturais.

- **Novo olhar – olhar integrado – sobre as políticas setoriais.** O governo executa políticas públicas por meio de diversos órgãos e secretarias, mas o foco dessas políticas é o cidadão e a cidadã, indivíduos que precisam ter suas necessidades atendidas de maneira articulada e integrada, e não dispersa pelo atendimento fragmentado de diferentes portas de entrada nos serviços. Planejar e coordenar as políticas sociais sob a forma de “programas”, “planos”,

★

★

★



“eixos” ou “núcleos”¹¹ possibilita integração e articulação de serviços de forma mais eficaz. Para que haja integração é preciso também que sejam localizadas as necessidades das pessoas em cada região ou bairro do município, com suas características e identidades específicas.

- **O acesso universal aos serviços públicos expressa exercício de direitos por todos**, o que implica o atendimento para grupos específicos, contrapondo-se à visão de que “um só tipo de atendimento” seria garantia de universalidade. Daí a necessidade de atenção especial para políticas de igualdade, de acessibilidade, de ação afirmativa e promoção de direitos, de superação da discriminação e da exclusão.

- **O atendimento específico é importante**. Não pode ser mais entendido como um reforço da discriminação e, sim, como forma pensada de combate aos preconceitos e de reconhecimento da diversidade de condições e situações da sociedade. Aqui se enquadram as instâncias e programas específicos em relação aos grupos tradicionalmente marginalizados ou mais vulneráveis¹², sempre considerando que o *racismo* e o *sexismo*¹³ são condições estruturantes da desigualdade na sociedade brasileira (em função de seu passado escravista e patriarcal), o que exige atenção especial.

- **Planejamento e gestão sob responsabilidade do governo**. Embora muitas políticas sociais sejam viabilizadas por meio de parcerias, convênios ou contratação de agentes não-governamentais para a execução de serviços públicos (equipamentos sociais e de educação, de saúde etc.), a definição de suas diretrizes e sua gestão são responsabilidade do governo municipal. O processo de gestão deve envolver a coordenação de prioridades e ações matriciais, isto é, a coordenação de eixos ou programas que envolvam mais de uma secretaria ou área.

O que deve caracterizar todas as políticas sociais?

- Toda política pública social deve ter caráter universal, tendo por meta atender a todos os cidadãos e cidadãs, respeitando suas especificidades. A universalidade dos serviços públicos também pode ser garantida no âmbito municipal, por meio de ações executadas pelo poder público ou por setores não-governamentais, com termos de parceria ou contratos de gestão, sob controle público quanto ao financiamento e os resultados.

- Os agentes e gestores públicos, responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas, devem ter sempre por foco o cidadão e a cidadã, recuperando-se a idéia de que o serviço público é um bem a que todos e todas têm direito.

- A gestão de toda e qualquer política pública deve ser democrática, com participação cidadã e controle social, respeitando e valorizando a existência de conselhos e outros mecanismos de controle social, além das iniciativas relevantes da sociedade.

- Nenhuma política pública deve ser compreendida como benemerência, nem mesmo a assistência social, à qual, tradicionalmente, se atribui essa condição.

- Políticas de redistribuição ou transferência de renda¹⁴ devem ser entendidas como formas de garantir o patamar mínimo necessário para o desenvolvimento pessoal e social, devendo ser articuladas a outros programas e políticas sociais, para promoção do desenvolvimento individual e social.

- A assistência social, como direito e política pública, não deve ser o repositório das limitações das demais políticas. Deve ser gerida de forma unificada, por profissionais qualificados, planejada e monitorada. Seu campo principal de atuação é o trabalho com os segmentos da sociedade que vivem em privação de meios e de condições de vida aceitáveis à dignidade humana. De acordo

¹¹ **Núcleo** – aglutinação de secretarias ou departamentos, sob a mesma coordenação, de forma articulada. É também uma forma de coordenar projetos de várias áreas ou mesmo território (um bairro, uma sub-prefeitura, um bairro rural).

¹² Tais como: crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência, homossexuais.

¹³ **Racismo** é toda forma de preconceito e discriminação baseada em raça ou etnia. **Sexismo** é toda forma de preconceito ou discriminação baseada no sexo das pessoas.

¹⁴ Tais como: Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Trabalho e outras.

com a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), cabe-lhe a provisão de *mínimos sociais*¹⁵, desde que estabelecidos os padrões mínimos a serem aprofundados para todos, como responsabilidade do Estado, superando as desigualdades raciais, econômicas e sociais.

- Programas de valorização e aperfeiçoamento dos agentes e gestores das políticas sociais devem ser implementados com vistas à formação permanente e à construção de uma cultura de atendimento de qualidade, de maneira a tornar o serviço público referência de excelência. Agentes e gestores de políticas públicas são potencialmente educadores de cidadãos e cidadãs sobre os seus direitos e utilizam toda a oportunidade, no exercício de suas funções, para aproximar o serviço público daqueles que a ele têm direito.

- É importante a articulação de todas as políticas públicas na produção de *idades educadoras*¹⁶, compreendendo que toda implantação de política pública é uma oportunidade para a formação dos cidadãos e cidadãs nas noções de direitos humanos, cidadania e na promoção da qualidade de vida.

- Deve ser garantida a destinação de recursos orçamentários às políticas sociais, respeitando os mínimos necessários, previstos em lei, com aplicação explícita a que se destinam e de forma a potencializá-los, buscando-se que sua aplicação resulte na concretização da política proposta.

- É preciso integração e complementaridade entre todas as políticas sociais e seus programas, potencializando equipamentos públicos, agentes e gestores.

- A implantação das políticas públicas sociais deve considerar a desigualdade territorial no município, o que implica distribuição adequada de equipamentos e serviços públicos, favorecendo exatamente os lugares mais desiguais, social e economicamente, e provendo soluções para as necessidades especiais de seus moradores.

- Todas as políticas públicas devem prover a “saúde” do cidadão e da cidadã, compreendendo por saúde não apenas a política específica, mas a ampliação da qualidade de vida (melhores condições de habitação, transporte, mobilidade, acessibilidade, saneamento básico, qualidade ambiental, promoção educacional em amplos sentidos, respeito aos direitos humanos, à universalidade e à diferença, superação das desigualdades econômicas e sociais).

- A garantia de direitos e de acesso às políticas sociais e de desenvolvimento e a garantia de direitos são pressupostos básicos para o enfrentamento dos problemas referentes à segurança e à violência no município.

Considere-se ainda que:

- É preciso conhecer diretrizes nacionais e programas federais e estaduais relativos às políticas sociais, com implicação nos municípios, e articula-los às políticas e ações municipais. Se executados pelos municípios, eles devem ser planejados de forma adequada às demandas e às necessidades da população local.

- Algumas das políticas sociais têm recursos garantidos no orçamento ou em fundos previstos em legislação, e muitas das suas atividades integram programas estaduais ou nacionais.

- Algumas políticas sociais têm conselhos específicos para sua elaboração e monitoramento; outras têm fundos próprios.

- Conselhos e comitês geralmente têm tempo de mandato definido para seus integrantes e muitos deles têm legislação própria. É preciso respeitar esses mandatos, mesmo que seja para negociar mudanças necessárias.

- Conselhos setoriais ou de defesa de direitos muitas vezes têm conselheiros e conselheiras com formação inadequada às funções ou sem legitimidade de representação social. Por isso, é necessário prever mecanismos mais adequados de indicação ou eleição de

¹⁵ Aldaíza Sposati, no livro *Governos Estaduais, Desafios e Avanços*, aponta o seguinte: *a assistência social tem seu âmbito preventivo na vigilância das exclusões sociais, além de prover seus mandatários com benefícios, serviços, programas e projetos que aforcem um conjunto de seguranças sociais, tais como segurança da acolhida, do convívio, da autonomia, de rendimentos, de travessia (ou saída da situação de exclusão), de equidade, de protagonismo dos usuários.*

¹⁶ Tomamos aqui como referência a *Carta das Cidades Educadoras*, aprovada no I Congresso Internacional das Cidades Educadoras, em Barcelona, em 1990. Nela foi estabelecido o compromisso com a troca de experiências entre as cidades envolvidas, com a melhoria da qualidade de vida de suas populações e com o aperfeiçoamento da cidadania. Em 1994, este movimento deu origem a *Asociación Internacional de Ciudades Educadoras*, no Congresso realizado em Bolonha.



conselheiros e de processos de capacitação.

• Geralmente são apontados como problemas principais na gestão de políticas sociais: a falta de real priorização, a fragmentação de programas, salários baixos ou inadequados às funções dos servidores, indefinição de carreiras, pouco investimento na formação dos profissionais, desmotivação dos servidores, infra-estrutura física e técnica defasada ou sucateada, ausência de proposta política explícita e legitimada pelas forças sociais e políticas e ausência de qualificação para incorporação de novos temas à pauta.

Em relação ao detalhamento das políticas:

Todos os setores englobados pelas políticas sociais são importantes, mas é preciso ter um detalhamento cuidadoso das propostas específicas para cada área. O conteúdo e a execução dessas políticas vão constituir, de forma geral, as marcas específicas de governo e os diferenciais de cada localidade ou região.

Eixo 4: Gestão ética, democrática e eficiente

Se quisermos um Estado capaz de prestar serviços de qualidade e desenvolver boas políticas sociais precisamos construir e/ou fortalecer um novo modelo de gestão e gerenciamento do governo.

A ênfase central recai sobre a possibilidade de criar e *institucionalizar*¹⁷ referências comuns de gestão pública que garantam a identidade própria das administrações petistas, baseada nas resoluções do partido e possibilitando o exercício efetivo de gestão ética e eficiente, com democracia, participação e controle social.

Esse modelo deve apontar soluções para problemas de falta de recursos para investimentos e desenvolvimento de políticas e também romper com a ineficácia, o descaso

e a grande morosidade do setor público na prestação de serviços.

Para garantir um novo modelo de gestão, comprometido com a mudança, é importante:

• Conhecer bem a *máquina pública*¹⁸ para melhorar seu desempenho e melhor utilizar seus recursos;

• Garantir que essa máquina – constituída por seus agentes – tenha no cidadão e na cidadã o foco central de sua atividade. Isso significa que toda a modernização da máquina, o investimento em capacitação dos servidores e o aperfeiçoamento dos serviços devem ser feitos para cumprir objetivos e metas de prestar o melhor serviço público possível à população e agir de forma transparente e democrática;

• Resgatar o papel das servidoras e dos servidores públicos, como cidadãos remunerados pela população, que devem prestar serviços de qualidade aos demais cidadãos e cidadãs e participar do processo de gestão pública;

• Decisão política explícita de aperfeiçoar a gestão pública a partir da articulação do conhecimento da realidade local com a aplicação das teorias e das melhores práticas de administração pública, com conhecimento do complexo terreno institucional do qual o Poder Executivo municipal é parte. É preciso conhecer a relação institucional com outras instâncias do Poder Executivo – estadual e federal – e outros poderes legalmente constituídos;

• Os outros eixos conceituais – *participação cidadã e controle social; desenvolvimento e geração de trabalho e renda; políticas sociais e de garantia de direitos e gestão democrática do território; afirmação dos direitos de raça, gênero e orientação sexual* – não se concretizam adequadamente se o modelo de gestão não for pensado, assumido, legitimado, implementado, disseminado e monitorado pelo governo e seus agentes.

Para isso, é preciso que a referência de

¹⁷ **Institucionalizar** significa tornar formal ou legal uma medida ou proposta.

¹⁸ **Máquina pública** é o conjunto de estruturas, recursos humanos e instrumentos que são mantidos com recursos públicos, para que o “governo” (formado a partir da deliberação de quem é eleito democraticamente a cada período) possa implantar seu Plano de Governo. A máquina pública deve ser estável e competente, estar a serviço de qualquer governo eleito e submetido à nossa legislação e a regras para seu funcionamento.

gestão pública defendida seja explicitamente identificada em seu conjunto desde a campanha, tendo como medida sua capacidade de garantir ao cidadão e à cidadã o direito de acesso e usufruto dos bens coletivos e serviços públicos de qualidade.

A referência de gestão defendida deve levar em conta:

- Garantia da ética no trato das questões públicas;
- Garantia da dimensão estratégica no planejamento de ação governamental, para que o governo cumpra os objetivos previstos, metas e prazos com efetividade e sem imediatismo;
- *Institucionalização*¹⁹ de processos de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão, comuns aos diferentes níveis da administração e articulados entre si, para garantia de participação cidadã, vivência da ética pública e abertura ao *controle social*²⁰;
- Busca de eficiência nas ações e programas, o que significa fazer o máximo possível, da melhor forma possível e com o menor gasto possível de recursos e esforços individuais e coletivos;
- Busca de eficácia das políticas implementadas – significa atingir os resultados esperados, cumprindo as diretrizes, metas e compromissos assumidos perante o público;
- Fortalecimento de canais de participação e de controle social, com manutenção do diálogo com múltiplos segmentos sociais, lideranças políticas e sociais;
- *Matricialidade* das políticas públicas, pensando a coordenação e a execução de forma integrada e articulada em planos e programas. Cada departamento ou secretaria é um órgão executor das políticas incorporadas nesse plano ou programa e não seu coordenador de forma autônoma e desarticulada;
- Uso intensivo e apropriado das tecnologias

de informação e comunicação para implementar modelos de gestão eficientes, eficazes e democráticos, e facilitar o acesso aos serviços públicos e à informação, garantindo transparência e controle social;

- Recuperação do papel das servidoras e dos servidores públicos, instituindo e/ou aperfeiçoando uma política relativa ao funcionalismo e garantindo investimento contínuo na sua capacitação;
- Ampliação da capacidade de gestão dos servidores públicos e profissionais qualificados, nomeados em comissão pelo governo para exercer funções de chefia e coordenação, com estabelecimento de novas formas e rotinas de trabalho; avaliação e valorização de competências; valorização dos executores e operadores de políticas públicas etc.;
- Estímulo à co-responsabilidade da sociedade no financiamento dos municípios, pensando coletivamente como conseguir os recursos orçamentários²¹ devido ao aumento das demandas por políticas públicas. É preciso garantir o cumprimento de deveres de cidadania (por exemplo, pagamento de impostos e taxas), dividindo com a sociedade as responsabilidades de buscar formas de gerar e potencializar recursos públicos para garantir vida digna a todos e todas;
- *Capacidade de controle público*²² dos recursos e práticas político-administrativas no município e em outras esferas de governo;
- Atenção para o processo de *governabilidade* (capacidade de governar), buscando entender limites, possibilidades e correlações de força entre as várias instâncias de poder (outras esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário) e a sociedade organizada.
- Para o PT, a *governabilidade* envolve negociação em torno de compromissos públicos e Programa de Governo, reconhecendo nos aliados e outros interlocutores (nem sempre

¹⁹ **Institucionalização** de uma política ou instância governamental significa torná-la *formal*, por meio de portaria, decreto ou legislação, com identificação de suas características e formas de funcionamento.

²⁰ **Controle social** significa a ação da sociedade civil, de acompanhamento e avaliação dos atos dos governos e de seus agentes.

²¹ O próprio Estatuto das Cidades (lei federal) incorpora, no planejamento do município, a definição de suas formas de tributação e mecanismos financeiros. Ele fala, por exemplo, do IPTU progressivo.

²² **Controle público** significa que as ações de governo e da máquina são planejadas, acompanhadas, monitoradas e avaliadas pela sociedade e pelos agentes públicos e que o resultado desse trabalho pode ser conhecido por todos.



aliados) pontos comuns de avanço e de compromisso público;

- Superação do *sexismo* e do *racismo* como uma questão de caráter ético – considerando que o racismo e o sexismo são condições *estruturantes*²³ da desigualdade na sociedade brasileira e que sem sua superação não há sociedade justa, democrática e igualitária. O modelo de gestão deve pressupor garantia de igualdade entre homens e mulheres, brancos, negros, indígenas e todos os grupos étnicos.

Para que essa referência de gestão se concretize é preciso:

- Investimentos no aperfeiçoamento e/ou mudanças de instâncias administrativas e de seus agentes dentro de um processo de modernização administrativa.

Modernização administrativa significa revisão de procedimentos, prazos, formas de prestação de serviços públicos e informação, que pode ser efetivada já no primeiro ano de governo. Não se confunde com reforma administrativa, que requer conhecimento mais aprofundado do funcionamento da máquina pública e diagnóstico preciso, o que pode exigir um tempo maior de reconhecimento interno se não houve condições de acesso às informações internas do governo anterior antes da posse.

O objetivo básico da modernização administrativa é governar de forma eficaz e eficiente, transparente, participativa e eticamente defensável, nos marcos da lei, com planejamento e controle formal, seja no interior do governo, seja pela sociedade.

Isso significa, em suma, melhorar a qualidade do atendimento, democratizar os procedimentos, utilizar instrumentos de tecnologia de informação, estabelecer metas e indicadores para avaliação dos serviços públicos, produzir relatórios gerenciais, democratizar decisões, realizar parcerias, criar estratégias de obtenção de receitas próprias etc.

- Destinação de recursos para aplicação de ferramentas e metodologias de planejam-

to, monitoramento, avaliação, redefinição de processos e rotinas administrativas e informatização de processos e serviços.

- Integração das políticas setoriais, com revisão (ou fortalecimento) da estrutura administrativa do governo, dos processos e métodos de gestão, buscando racionalidade administrativa, descentralização de responsabilidades e integração das políticas setoriais, subordinadas às diretrizes políticas comuns a toda a gestão. O governo executa políticas públicas por meio de diversos órgãos e secretarias. O foco dessas políticas é sempre o cidadão ou a cidadã, indivíduos que precisam ter suas necessidades atendidas de maneira articulada e integrada e não dispersa.

Uma das formas de integrar essas políticas é organizar a estrutura do governo por meio de “Agendas de Governo” ou por “Programas” ou “Núcleos” que articulem os diversos setores da administração em torno de diretrizes e metas comuns. A integração dos diferentes serviços num dado território, sob uma coordenação comum, conforme as necessidades da região, é uma das formas eficazes de integração de políticas públicas.

- Envolvimento permanente e conscientização das chefias e dos servidores públicos, com definição de programas de gestão e capacitação de recursos humanos da prefeitura.

- *Descentralização administrativa*²⁴, inclusive do ponto de vista territorial, visando melhoria da qualidade de atendimento ao cidadão e à cidadã, com garantia de respeito às diretrizes comuns a toda gestão. A descentralização administrativa envolve a articulação das políticas públicas a partir da referência das especificidades territoriais, considerando a diversidade intra-urbana de cada município. A necessidade de descentralização administrativa deve ser avaliada conforme a dimensão territorial de cada município, o número total de habitantes e sua maior ou menor dispersão pelo território.

- Definição de política de comunicação e informação sobre as ações do governo mu-

²³ As pessoas nascem homens ou mulheres, brancas, negras ou índias. Portanto, **qualquer uma dessas condições é parte da estrutura humana** e não pode ser objeto de discriminação nem razão para preconceito.

²⁴ **A descentralização administrativa** inclui a desconcentração dos serviços públicos pelo território do município e também o compartilhamento do poder decisório, de maneira planejada, mantendo-se coesas as diretrizes do governo, sem perda da unidade político-administrativa do município.

nicipal, incluindo formas de relação com os órgãos de imprensa.

• Constituição de novos *instrumentos de gestão*, tais como:

- Contratos e protocolos de gestão que definam compromissos, metas e prazos de serviços e programas públicos divulgados amplamente à população;
- Códigos de qualidade do serviço público que possibilitem normatização de procedimentos e avaliação dos serviços pela população;
- Criação de indicadores (também de qualidade) que permitam a avaliação interna do trabalho do governo;
- Regulamentação de parcerias na execução de serviços públicos, possibilitando transparência no uso do dinheiro e controlando a qualidade da prestação de serviços;
- Implantação de Ouvidoria como instrumento de controle social da gestão;
- Uso da informática e da Internet como instrumento de informação massiva, de prestação de serviços à distância e de apoio à padronização de procedimentos administrativos;
- Termos de Compromisso ou Cartas-Compromisso que definam procedimentos de execução dos serviços específicos, com prazos explícitos de retorno das demandas por serviços e cumprimento de metas etc.

Governo Eletrônico

Colocar a tecnologia a serviço da eficiência e da democratização do governo exige que sejam dadas, à população e aos próprios servidores, condições de acesso²⁵ aos recursos tecnológicos e capacitação para uso das informações e dos recursos de informática.

Embora o uso da informática esteja cada vez mais disseminado nos governos, ela não garante, por si só, a democratização da gestão. Colocar dados na Internet não é a única forma de democratizar a informação nem o governo.

O Governo Eletrônico é uma nova forma

de pensar o governo e sua forma de estruturar seus serviços, de maneira a garantir eficiência interna, agilidade e descentralização na prestação de serviços e ainda democratização do acesso ao conhecimento, à informação e aos serviços públicos e controle social da gestão.

Para que haja democracia, o Governo Eletrônico também exige um esforço de inclusão digital.

Face à existência de Governo Eletrônico em âmbito federal e nos governos estaduais, é importante priorizar formas e sistemas de interação, total ou parcial, como em relação aos cadastros e registros dos municípios e de informações sobre programas.

Citamos alguns dos instrumentos para viabilização de Governo Eletrônico:

- Revisão e redesenho dos procedimentos internos para poder disponibilizar serviços públicos na Internet e nas Praças de Atendimento.
- Mecanismos informatizados de comunicação interna na máquina administrativa (e-mail, Intranet etc.).
- Mecanismos informatizados para execução de procedimentos públicos (leilões, pregões, licitações, editais, comunicados, inscrições etc.).
- Mecanismos para controle e monitoramento dos programas e ações de governo.
- Implantação de Centrais de Atendimento, Informação e Ouvidoria, via telefonia, com ligação gratuita aos contribuintes.
- Implantação de instrumentos e ferramentas informatizadas, construídas e utilizadas de forma solidária entre municípios, inclusive com uso de softwares com códigos abertos (software livre).
- Instalação de Praças onde se concentre o atendimento direto ao munícipe. A Praça deve contar com atendentes especialmente qualificados e instrumentos informatizados integrados à retaguarda de atendimento dos vários serviços, para que a pessoa não precise andar de guichê em guichê para resolver seus problemas com a prefeitura.
- Implantação de Cadastro Único da popu-

²⁵ A implantação de *telecentros públicos*, sob responsabilidade da prefeitura ou mediante co-responsabilidade com a comunidade é uma das formas de propiciar inclusão digital.



lação atendida nos vários programas municipais e federais.

- Parcerias com universidades, centros de pesquisa, escolas de governo e com outros municípios para construção de metodologias e instrumentos de gestão e capacitação de servidores para novos processos administrativos.

Ouvidoria

A Ouvidoria deve ser instituída a partir de um processo de diagnóstico da máquina pública e modernização mínima dos serviços, de forma a não se confundir com “balcão de reclamações” nem com “central de informações”.

Deve ser instituída preferencialmente independente, com ouvidor ou ouvidora eleita pela população e com mandato como mediação entre a população e o governo, oferecendo a possibilidade de o cidadão e a cidadã monitorarem os serviços públicos e oferecerem sugestões para o aprimoramento de procedimentos, prazos de atendimento, qualidade dos serviços públicos etc.

A Ouvidoria deve ter estrutura necessária à sua disposição, fornecida pelo governo municipal, para receber, processar e encaminhar as denúncias e sugestões do cidadão e da cidadã e lhes dar retorno.

Eixo 5: Gestão democrática do território

As questões da organização do município, de seu espaço urbano, da organização do espaço de vida, de suas questões ambientais, são pautas fundamentais da eleição municipal

e incorporam desde o aspecto da “*zeladoria urbana*”²⁶ até o planejamento da cidade e sua inserção na região.

A gestão democrática do território incorpora o conceito de que o município é constituído por áreas territoriais com igual direito a usufruir os bens e serviços públicos, levando-se em consideração suas especificidades geográficas, ambientais, culturais, sociais e econômicas.

Um pressuposto básico para a gestão democrática do território é o conhecimento do município, de sua zona urbana, rural, seu meio ambiente e de sua economia, de **forma territorializada**, registrando formalmente as diferenças entre as regiões, bem como entre suas funções.

Qual é o modelo de cidade, de organização de município que queremos?

O **Estatuto da Cidade**²⁷ determinou a aprovação, pelos municípios, de novos planos diretores até 2006. Essa lei exigiu os planos para cidades com mais de 20 mil habitantes e também para os municípios que fazem parte de aglomerados urbanos, os que sejam área de interesse turístico, que estejam em áreas de influência de grandes projetos ou em áreas de interesse ambiental.

O Estatuto da Cidade definiu que os instrumentos de gestão nele previstos só se apliquem mediante o **Plano Diretor**²⁸, que visa planejar a cidade que queremos, qual a relação e a articulação entre as áreas urbana e rural, de forma concertada e pactuada territorialmente. É o momento específico de observar, do ponto de vista do território, se a cidade é solidária e democrática; se há reforço da exclusão, com algumas pessoas privilegiadas vivendo bem, em

²⁶ Por **zeladoria** se entendem todos os serviços e cuidados com as estruturas necessárias para a manutenção da infra-estrutura existente do município, incluindo calçadas, parques, vias públicas. Zeladoria não é maquiagem. Ela valoriza a auto-estima da cidade. Isso é muito importante para o imaginário da cidade, estimula o civismo, dá protagonismo ao município.

²⁷ Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Ver texto integral da Lei e Guia do Estatuto das Cidades no site do Ministério das Cidades www.cidades.gov.br

²⁸ Orientações para elaboração do Plano Diretor Participativo em <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-participativo-I/kit-da-campanha-plano-diretor-participativo/>

terrenos bem localizados, enquanto outras vivem em bairros-dormitórios, distantes do trabalho e dos centros de serviços urbanos ou com dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos. Tornou-se obrigatório propor e assumir arranjos que possam melhorar a disposição das moradias, do comércio, das indústrias, da infra-estrutura urbana, de forma mais justa e equilibrada, devendo-se regulamentar o uso do solo. É obrigatório perceber o papel da agropecuária e a inserção da zona rural no espaço do município.

A legislação urbanística derivada do Plano Diretor e este próprio implicam uma cidade mais bem planejada e organizada.

Isso é verdade, inclusive, para os pequenos municípios que podem se associar aos seus vizinhos para elaborar seus planos de maneira conjunta, respeitando a diversidade de cada um, e fazer capacitação para analisar informações e elaborar diagnósticos.

Essa legislação deve dar vida ao conceito de cidades sustentáveis, tendo atenção às questões ambientais. A adoção de princípios de gestão ambiental, como a valorização das bacias e microbacias, o zoneamento ecológico e econômico, os estudos de impactos ambientais como unidades de planejamento, além do fortalecimento dos conselhos ambientais, constituindo atitudes que diferenciarão positivamente nossas gestões, assegurando-lhes uma marca ambiental.

Para pensar a política urbana no Plano Diretor é preciso atentar para alguns grandes desafios:

- A cidade possui várias e diferentes funções que dizem respeito à sua vida, à vida de seus cidadãos e cidadãs. Uma das mais importantes funções da cidade é a moradia, mas esta não pode ser pensada como exclusiva, já que essa vida perpassa outras dimensões também, tais como a função educacional, a cultural, a de lazer, a econômica etc.
- Deve-se buscar, na função moradia, a democratização do acesso à terra bem localizada, boa terra para todos. O local de moradia deve ter boas condições de infra-estrutura, deve ser próximo das possibilidades de trabalho e dos

equipamentos públicos. O problema da moradia não diz respeito somente à quantidade de casas populares que serão construídas, mas também à localização dessas casas e à mobilidade e condições de acessibilidade do cidadão pelo território. Diz respeito ao direito à cidade. O lugar destinado aos pobres ilustra a democracia adotada – ou não – numa cidade.

- Quem define o destino da cidade é o conjunto dos cidadãos, das cidadãs, suas organizações, diferentes segmentos sociais, econômicos e políticos. É a *concertação*²⁹ entre eles, com o exercício da participação e do controle social em todas as áreas, que determinará os rumos e as decisões sobre o território.
- É preciso insistência na busca de integração das políticas setoriais, em cada área territorial do município, colocadas sob uma coordenação comum e com diretrizes explícitas.

Municípios com grande peso da atividade agropecuária e área rural

Na grande maioria dos municípios pequenos, o setor rural é muito importante, tanto em termos populacionais quanto econômicos. Em torno de 50% dos municípios onde a zona rural é predominante houve perda de recursos econômicos e de população nas décadas de 1990 e 2000. Por isso mesmo se torna tão importante o cuidado com a gestão democrática do território e a definição de seu plano diretor, tendo em vista a organização das atividades no território.

Algumas políticas para municípios com zona rural:

- **Capacitação dos produtores:** É preciso tratar os desiguais de forma diferente. Isso significa que é preciso identificar as regiões mais pobres e concentrar atividades de extensão rural e capacitação.
- **Comercialização:** muitas vezes o produtor sabe como produzir, mas não tem onde comercializar. É necessário promover programas de comercialização, especialmente nos picos das safras, quando os preços baixam. Políticas de abastecimento local e regional podem contribuir para isso.
- **Desenvolvimento de programas seto-**

²⁹ **Concertação** é a busca de consenso ou caminho comum a partir de uma dada correlação de forças.



riais: vai depender da realidade econômica rural, da especificidade da região. Pode-se apoiar a verticalização da produção, podem ser promovidos financiamentos inovadores, melhorias na infra-estrutura (escoamento, estradas) e descentralização administrativa, se o território for grande.

• **Políticas sociais:** as políticas sociais devem ser levadas para o meio rural, principalmente nos focos de maior pobreza. Deve-se também promover as manifestações culturais de quem vive no campo, oferecer recursos e infra-estrutura para isso, para as pessoas não ficarem apenas dependentes da TV.

A área rural também deve ser objeto do planejamento de qualquer município, promovendo a organização do território rural com:

- identificação de logística de transporte e escoamento da produção;
- tratamento adequado à questão das diversidades;
- potencial do solo;
- aptidões rurais;
- pacto territorial rural;
- sustentabilidade rural;
- potencial de energia;
- preservação do território e de identidade rural;
- atividades de lazer rural;
- prestação de serviços públicos etc.

É importante que o plano de desenvolvimento do município considere o desenvolvimento rural.

Políticas públicas de mobilidade urbana e acessibilidade

Garantir o direito de ir e vir com autonomia e independência a toda população, permitindo seu fortalecimento social, político e econômico, é o princípio objetivado pelas políticas públicas relacionadas à mobilidade urbana e à acessibilidade. Possibilitar fácil acesso aos serviços e equipamentos urbanos, à habitação de qualidade e ao sistema de transporte responsável pelos deslocamentos na cidade é o meio pelo qual essas políticas podem ser alcançadas.

Da periferia ao centro das cidades, as ações vinculadas à mobilidade urbana e à acessibilidade, por meio da aplicação dos fundamentos do *Desenho Universal*³⁰, repousam sobre os mesmos *princípios*. São eles:

• Trabalhar com uma visão de conjunto, provendo serviços de transporte e estruturas viárias capazes de contemplar todos os deslocamentos dentro dos municípios, assegurando o uso de espaços e equipamentos públicos, bem como os serviços, o acesso à habitação e demais funções urbanas.

• Fornecer condições adequadas de acessibilidade com segurança e autonomia é condição necessária para o ordenamento municipal, evitando desperdícios e qualificando o meio ambiente. Esta função pode ser alcançada por ações precisas na matriz dos deslocamentos e de acessibilidade, na distribuição dos equipamentos e serviços públicos por todo o território, como na área de educação, assistência social, cultura, lazer e saúde, contribuindo para a redução de viagens, para a eficiência no transporte público, no ganho para os indivíduos e principalmente para toda a comunidade.

• Garantir formas de deslocamento não-motorizado, oferecendo suporte adequado a projetos que privilegiam o pedestre, reduzindo as distâncias a percorrer, priorizando a qualidade e a segurança dos espaços por onde estes transitam e reduzindo o tempo de viagem.

• Garantir condições adequadas a pessoas ou grupos sociais com demandas específicas ou especiais, para usufruto de bens e serviços públicos, principalmente pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com adaptação ou transformação dos espaços e das edificações, preservando os parâmetros legais e normativos existentes.

Sob essas premissas, as intervenções e ações políticas vinculadas à mobilidade urbana estão ligadas às soluções de problemas urbanos, oferecendo qualidade de vida para os cidadãos e cidadãs e maior eficiência para a economia.

³⁰ O conceito de **Desenho Universal** tem seu enfoque voltado para a eliminação de barreiras arquitetônicas em projetos de edifícios, equipamentos e áreas urbanas, considerando a diversidade humana, de forma a respeitar as diferenças existentes entre pessoas e garantir a acessibilidade a todos os componentes do ambiente.

Eixo 6 – Afirmação de direitos: gênero, raça e orientação sexual

Segundo a Constituição Federal “*todos são iguais perante a lei, independente de sexo, raça, credo, orientação sexual, origem social*”³¹. No entanto, a vida não condiz com a lei, pois as discriminações e preconceitos balizados pelo racismo, machismo e homofobia são muito fortes.

Em razão desta realidade, têm se intensificado nas últimas décadas as demandas sociais por visibilidade e melhores condições de vida por parte dos movimentos feminista, negro e LGBT³² (*lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros*). Com isso, novos direitos foram conquistados nos campos das leis, da política pública e do reconhecimento social.

Também nesse período intensificam-se de maneira positiva nos processos eleitorais locais e nacionais propostas voltadas para as mulheres, à população negra e aos homossexuais. No Programa de Governo Lula Presidente 2007-2010, somado aos Programas Setoriais de Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos e Homossexuais, evidenciam-se as perspectivas de consolidação de compromissos voltados a esses setores.

Ações de Governo

A partir da segunda metade dos anos 1980, nas três instâncias de governo, foram realizadas ações voltadas às mulheres e aos negros e, mais recentemente, aos homossexuais. Foram criados os Conselhos, depois as Delegacias de Defesa das Mulheres, seguidos

da criação de órgãos executores (secretarias, coordenadorias, assessorias e afins). É importante destacar que essas experiências sempre contaram com o monitoramento da sociedade civil, e que as avaliações sempre apontam para a necessidade de melhoria e ampliação dos serviços.

Atualmente, no âmbito federal, são desenvolvidas ações afirmativas, tendo por base a intersetorialidade das políticas públicas, por diversos órgãos de governo sob orientação e coordenação das Secretarias Especiais: de Política para Mulheres, Igualdade Racial e de Direitos Humanos. Tem sido extremamente salutar o processo de debates e de consultas por meio dos canais de participação, como conselhos de políticas públicas e de direitos, ouvidorias, conferências e consultas públicas. Essa construção conecta-se com os debates e ações internacionais³³ sobre direitos humanos, igualdade e diversidade.

Parte-se do princípio de fortalecimento de uma lógica democrática e popular, buscando garantir o equilíbrio dos interesses macro-estruturais, a infra-estrutura e os serviços. Porém, deve-se consolidar ainda mais o “casamento” entre as políticas universais e a afirmação de direitos, levando em consideração o investimento em processos de conscientização social, visando o respeito às diferenças e a diversidade. Um passo importante foi dado no Plano Plurianual (PPA), onde as especificidades têm sido incorporadas desde 2004. Na versão 2008 - 2011, destacam-se como objetivos: promover a inclusão social e a redução das desigualdades; e, fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania, com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

³¹ Esses princípios desbobram-se para as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios.

³² *A I Conferência Nacional - Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, realizada no período de 5 a 8 de junho de 2008, teve como resolução a denominação LGBT para este setor, em substituição a sigla GLBT.

³³ Essas discussões realizaram-se por diversas vias, entre elas as conferências mundiais convocadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o apoio e a participação de governos e da sociedade civil organizada. Destacaram-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco 92, realizada no Brasil, em 1992; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, em 1993; a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994; a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, em Beijing; e a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, em 2001. Nos últimos anos foi realizado um novo ciclo de revisões das declarações e plataformas dessas conferências, o que traz inovações nas proposições políticas e ações dos agentes envolvidos.



Ações federais nas três áreas

a) Direitos da Mulher³⁴

A Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), com base na Política Nacional para as Mulheres, desenvolve ações de promoção da igualdade entre homens e mulheres, tendo como canal efetivo de ação junto à sociedade civil o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Foram realizadas duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM), em 2004 e 2007. O II Plano Nacional de Política para as Mulheres é orientado pelas seguintes diretrizes gerais:

- autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social;
- educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica;
- saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
- participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
- desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar;
- direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais;
- cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias;
- enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;
- enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.

Cabe ressaltar a *Lei Maria da Penha*³⁵ e o *Pacto Nacional para o Enfrentamento à Vio-*

lência contra a Mulher, que requer não só a percepção multidimensional do fenômeno, como também a convicção de que para superá-lo é preciso investir no desenvolvimento de políticas que acelerem a redução das desigualdades, com ações destinadas à prevenção, à assistência e à garantia dos direitos da mulher em diferentes campos (saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça), de forma a permitir às mulheres romperem com o ciclo de violência.

b) Igualdade Racial³⁶

Os grupos discriminados do ponto de vista racial e étnico apresentam um marcante e inaceitável distanciamento nos indicadores que representam acesso a bens e serviços públicos.

Negros e indígenas e especificamente as mulheres negras e indígenas são os mais pobres entre os pobres. Por isso há urgência na ação de superação das principais causas das desigualdades brasileiras.

É importante destacar que após a criação da Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, ocorreu um incremento em ações já existentes e está em fase final de elaboração o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), fruto da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR)³⁷ realizada em 2005.

Dentre inúmeras ações já em curso, educação, saúde, segurança, acesso à terra e trabalho são áreas priorizadas, juntamente com a Agenda Social Quilombola, como parte do Programa Brasil Quilombola. No PLANAPIR, como desdobramento da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR)³⁸ é apontada a necessidade de criação do Siste-

³⁴ Trabalhar a questão de gênero não significa simplesmente atender as mulheres, mas alterar as relações de desigualdade entre homens e mulheres e, portanto, transformar relações sociais com o objetivo de alcançar a igualdade.

³⁵ Lei nº 11.340/06, que tipifica a violência doméstica e familiar contra as mulheres como um crime.

³⁶ Tratar de igualdade racial significa voltar o olhar para todos os grupos raciais que vivem discriminações históricas. No entanto, dada a presença massiva da população negra em nosso país, esta é priorizada nesse campo das políticas públicas.

³⁷ A II Conapir está planejada para ocorrer no primeiro semestre de 2009.

³⁸ A PNPIR foi instituída pelo Decreto Presidencial nº 4886 em 20/11/2003.

ma Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

Destaca-se também a existência do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, órgão de controle social e de trabalho efetivo com a sociedade civil; e do Fórum Inter-Governamental de Promoção da Igualdade Racial que conta com cerca de 480 adesões entre governos estaduais e municipais, visando o intercâmbio e capacitação dos gestores e fortalecimento das políticas locais. É importante também mencionar o acompanhamento feito pela SEPPIR e pela sociedade no trâmite das leis que visam criar o Estatuto da Igualdade Racial e a Reserva de Cotas para alunos oriundos de escolas públicas, entre eles os negros e indígenas.

c) Combate a homofobia

Em 2004 a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) lançou o *Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e a Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual*, com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação. Esse programa possui os seguintes princípios:

- não discriminação por orientação sexual e ações de promoção dos direitos humanos;
- busca de aprofundamento de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual;
- combate à homofobia em defesa da garantia e produção dos direitos humanos engloba o combate a todas as formas de discriminação e de violência.

O tema passa a ter evidência na agenda nacional no final dos anos 1980 em função de maior visibilidade da existência do movimento LGBT e, ultimamente, com a realização da Parada do Orgulho LGBT (com expressão em todos os estados brasileiros); dos resultados das Conferências Mundiais; da presença no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNHD II, 2002); pela criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em 2001; e, agora pelo desenvolvimento do programa citado acima.

As ações já em curso foram debatidas e

analisadas na *I Conferência Nacional Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Realizada em junho de 2008, pelo Governo Federal, sob coordenação da SEDH, do Conselho Nacional Contra a Discriminação (CNCD) e com um forte apoio de entidades sociais e governos locais, princípios e objetivos foram reafirmados e aprovadas ações para o incremento nas áreas: direitos humanos, saúde, educação, justiça e segurança pública, cultura, trabalho e emprego, esportes, igualdade racial, mulheres, previdência social, comunicação e cidades.

As ações e propostas na área dos Direitos da Mulher, Igualdade Racial e Combate à Homofobia contém muitos aspectos comuns, resguardadas as especificidades de cada uma. O posicionamento firme de governos (federal, estaduais e municipais) nessas áreas contribuirá imensamente para a consolidação de debates e, acima de tudo, para a mudança da qualidade de vida e de direitos para grande parte da população brasileira.

Para tanto, deve-se valorizar e qualificar a representação da sociedade como condição básica para a implementação das estratégias de curto, médio e longo prazos. A mobilização de governos estaduais e municipais permitirá fortalecer o Pacto Federativo e reduzir as distâncias continentais do país por meio da capilaridade das articulações institucionais no campo da diversidade.

Para se garantir afirmação de direitos de gênero, raça e orientação sexual nas campanhas municipais é preciso:

- No que diz respeito ao conteúdo do programa de governo é importante incluir no diagnóstico geral as análises e perspectivas apontadas pelas mulheres, negros e homossexuais, assim como promover a relação entre as propostas para a cidade como um todo e as específicas.
- Considerar as diferentes formas de organização e realidade de vida e envolver representantes das mulheres, dos negros LGBT nos processos de discussão, elaboração de propostas e decisões quanto à programação e rumos do trabalho;
- Prestar atenção para incluir interesses específicos, como, por exemplo, nas áreas de:



Trabalho. As propostas de qualificação, acesso e mobilidade no mercado de trabalho formal e informal devem partir do olhar da diversidade, considerando a igualdade de direitos e oportunidades para todos.

Educação. O combate ao racismo, ao machismo e à homofobia deve ser desenvolvido por meio da revisão do material didático e pedagógico; das políticas de formação dos educadores; do acompanhamento das reuniões pedagógicas das unidades educacionais.

Moradia. Nos programas de moradia popular deve-se levar em conta a priorização do cadastramento e acesso das mulheres, pois são elas a maioria das chefes de família.

Saúde. No Sistema Único de Saúde, considerar a necessidade de desenvolvimento de Programas de Saúde da Mulher; Programas de Atenção à Anemia Falciforme (que atinge mais diretamente a população negra); Programa de Combate à Violência e à Mortalidade Materna, Programas de Combate à Aids e Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Terra. Garantia de acesso à terra aos quilombolas e indígenas, combinando com as políticas públicas de combate a inclusão.

Combate a Violência. Ampliação e implementação de ações de combate a violência às mulheres, étnica/racial e aos LGBTs.

- Desde a preparação da campanha é importante apontar para as questões estruturais e de gestão pública:

Defesa da existência de um órgão competente para o atendimento e coordenação das especificidades apontadas (secretaria, coordenadoria, assessoria), preferencialmente com dotação orçamentária e diretrizes explícitas de gestão;

Explicitação para a necessidade de incluir no planejamento estratégico as questões relacionadas a gênero, raça e orientação sexual;

Consideração da dimensão intersetorial das políticas voltadas às questões de gênero, raça e orientação sexual, isto é, a necessidade de relacionamento e desenvolvimento conjunto com todas as áreas da política pública; assim como a garantia de decisão central de governo.

Por fim, é importantíssima a compreensão de que as cidades só serão efetivamente democráticas quando incorporarem as pessoas que nela vivem. Para implementar políticas públicas eficazes e inclusivas, a pluralidade da sociedade brasileira precisa ser ressaltada. Por isso a persistência dos movimentos sociais pela justiça, igualdade e equidade, considerando o machismo, o racismo e a homofobia como fatores impeditivos do pleno desenvolvimento da nação.

★

★

★



4. ETAPAS ESPECÍFICAS DE ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

1) Preparação do programa

É o momento de agregação de apoiadores, aliados e simpatizantes e ampliação da ação política do partido em relação à sua militância e à sociedade em geral.

Nesta etapa é feito o levantamento dos dados e das informações que subsidiarão a elaboração do diagnóstico do município e a definição das prioridades e das propostas que comporão o texto do programa de governo.

2) Estruturação formal do programa de governo

O texto do programa de governo deve apresentar as diretrizes, o diagnóstico, as prioridades e as propostas do PT para o município. Depois de redigido, o texto deve ser apresentado para aprovação em convenção partidária e se tornar referência de campanha.

3) Ampliação e detalhamento do programa ao longo da campanha

Com a vitória nas eleições, incorporamos mais duas etapas. É importante que estas etapas já estejam previstas, como compromissos do próprio programa:

4) Processo de transição

Nesta etapa, de forma transparente e democrática, deve-se realizar uma análise objetiva das condições da administração municipal a ser assumida e a compatibilização de propostas defendidas no programa de governo e os prazos, possibilidades, orçamentos e recursos humanos necessários e disponíveis no governo municipal.

É neste processo que as negociações de estruturação do governo são feitas tomando por base os compromissos expressos pelo programa e as necessidades do próximo governo,

em que se inclui o perfil daqueles que serão indicados a compor as equipes de governo.

5) Elaboração do plano de governo

O plano de governo é fruto do primeiro momento de planejamento formal do governo eleito. Incorpora os resultados do processo de transição e estabelece as diretrizes e medidas necessárias à transformação do programa de governo em plano de ação da gestão a ser assumida.

O detalhamento destas etapas está no **Caderno Metodologia para elaboração dos Programas de Governo**.



5. O MODO PETISTA DE ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Este texto busca contribuir para a elaboração de Propostas de Mandato Parlamentar nos municípios, articuladas ao Programa de Governo de cada município para as eleições 2008, e para o aperfeiçoamento da visão e da proposta do Modo Petista de Atuação Parlamentar.

Desde 1982 o PT tem representação em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Câmara de Deputados³⁹.

Essas experiências, aliadas às práticas petistas em cargos executivos e à construção política do partido, constituem marca reconhecida de nossa contribuição ao avanço democrático no Brasil.

I. Proposta de mandato

O que é?

Cada candidato ou candidata à vereança no município deve apresentar ao partido, aos eleitores e às eleitoras, suas Propostas de Mandato: *O que pretende priorizar? Como vai atuar na Câmara? Como vai se relacionar com a comunidade, com os integrantes do mandato e com seus eleitores?*

A Proposta de Mandato é o documento que representa seu compromisso público perante a comunidade e o partido.

Quais seriam as características básicas de uma Proposta de Mandato?

Uma Proposta de Mandato deve evidenciar:

- Fidelidade aos compromissos e diretrizes partidários.
- Clareza e objetividade nas opiniões e nas propostas.

- Articulação entre a proposta de ação parlamentar e o Programa de Governo que o partido apresenta para as eleições municipais de 2008.

É importante ressaltar que a execução do Programa de Governo defendido pelo partido dependerá não só da ação do Poder Executivo (prefeito ou prefeita), mas também da ação dos parlamentares na Câmara dos Vereadores.

- Identidade da proposta com a história pessoal do candidato ou candidata: cada um tem uma trajetória de vida comunitária, profissional ou política, que é um trunfo fundamental nas eleições municipais para vereador ou para vereadora.
- Viabilidade das propostas: elas devem ser exeqüíveis e adequadas à conjuntura local e aos limites da função parlamentar.
- Transparência das ações do mandato: o candidato ou a candidata deve apresentar a forma como pretende prestar contas de suas ações e que mecanismos de participação tem a intenção de adotar para os que acompanham seu mandato.

DICA: Fazer promessas de realizar obras, por exemplo, foge às atribuições do Legislativo. Neste caso, é função parlamentar lutar pelas obras necessárias, fazer moções, fazer emendas orçamentárias e apoiar e estimular a organização popular em torno delas. Cabe também ao vereador ou a vereadora fiscalizar a realização das obras aprovadas, tanto no aspecto financeiro como no cumprimento de prazos e demais condições gerais.

Como construir uma Proposta de Mandato?

A construção de uma Proposta de Mandato deve ser conduzida de forma coletiva.

- A participação do candidato ou da candidata na construção do Programa de Governo do partido é fundamental para a construção de suas próprias propostas. A incorporação de ações legislativas no Programa, para que Executivo e Legislativo tenham compromissos comuns, é muito importante.
- O grupo de apoio da campanha é formado por pessoas da confiança política do candidato ou candidata, afinadas com as propostas do partido, conhecedoras da realidade local, lideranças capazes de ampliar sua base eleitoral. Essas pessoas colaboram sugerindo e promovendo debates, construindo propostas, organizando agendas etc.
- As Propostas de Mandato devem ser construídas com a participação das pessoas envolvidas com as questões tratadas.

DICA: Se o perfil da candidata ou candidato é mais próximo da questão da Educação, por exemplo, será importante ter profissionais da Educação contribuindo na elaboração de suas propostas para o mandato.

II. Diretrizes que devem nortear o modo petista de atuação parlamentar

Uma síntese dos referenciais da trajetória parlamentar do PT, que indicam nossa contribuição histórica ao desenvolvimento da democracia com justiça social, aponta diretrizes que marcam a identidade do modo petista de atuação parlamentar.

São diretrizes partidárias para a elaboração da Proposta de Mandato Parlamentar:

- **Defender a prática e os compromissos partidários.** Ser filiado há mais ou menos tempo não é razão para diferentes atitudes ou empenho na sua defesa. Conhecer o partido, sua história (inclusive a história do PT no município), suas deliberações e seus compromissos históricos é obrigação

de todos os candidatos e candidatas do PT. A presença constante na vida partidária, a participação efetiva nos processos de elaboração de Programa de Governo, na avaliação do atual governo e na definição de estratégias comuns de campanha são fundamentais.

- **Garantir**, por meio da ação parlamentar, instrumentos de ampliação da participação cidadã, do controle social, da democratização da informação – transparência – e do aperfeiçoamento da gestão pública.
- **Envolver-se nas questões de interesse coletivo.** O Parlamento tem também como responsabilidade contribuir para a educação popular, para a garantia de direitos e para a democracia.
- **Ser propositivo**, não ficar circunscrito àquilo que já se encontra inscrito na Lei Orgânica do Município, no Regimento Interno da Câmara Municipal, como se essas legislações já estivessem definitivamente consolidadas. É importante dominar o Regimento para conhecer espaços para a ação parlamentar institucional, relacionada às possibilidades de tramitação de projetos, inclusive para reformulações no Parlamento.

DICA: É importante que o vereador ou vereadora estejam abertos para incorporar na sua atuação parlamentar temas urgentes do município, que não àqueles pelo qual historicamente já trabalham.

- **Buscar sempre maior capacitação**, aprimoramento e aumento do nível de conhecimento sobre a realidade brasileira, a realidade local e as questões relacionadas à prefeitura e ao parlamento, à legislação e aos instrumentos de ação.

DICA: Para ser um bom vereador ou uma boa vereadora, é preciso conhecer – Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666), Estatuto da Cidade, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Estatuto do Idoso – e outras leis fundamentais em cada área, Lei Orgânica do Município (LOM), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estrutura administrativa da prefeitura, bem como conhecer os conselhos já instalados e em funcionamento no município.



• **Defender** o projeto estratégico nacional e os projetos conjunturais do partido dos Trabalhadores e sustentar a defesa do Governo Lula e dos demais governos petistas.

DICA: É importante conhecer as ações desenvolvidas pelo Governo Estadual e pelo Governo Federal no seu Município, e estar atento a aplicação e a fiscalização dos recursos de outras esferas de governo destinadas ao município, assim como no que estas ações dos governos estadual e federal estão relacionadas à sua atuação parlamentar.

• **Manter** no seu programa a visão global do município, e sua importância como ente federativo.

• **Comprometer-se** com uma gestão ética, democrática e eficiente, com a participação cidadã e o controle social, com a democracia para todos em todas as dimensões, com a garantia de direitos de todos os cidadãos e cidadãs.

• **Defender** os investimentos nas políticas sociais, priorizando as áreas de maior exclusão social, com a finalidade de diminuir as desigualdades, promover a redistribuição de renda, a reforma agrária, o combate a todas as formas de violência.

• **Comprometer-se** com a igualdade entre homens e mulheres e o combate à discriminação racial.

• **Respeitar** a liberdade de opção religiosa e sexual das pessoas.

• **Comprometer-se** com a garantia dos direitos das pessoas portadoras de deficiências, pessoas idosas, crianças e adolescentes.

• **Defender** a existência dos movimentos sociais, sindicais e ambientais.

• **Representar** antes de tudo o partido, pois os vereadores e as vereadoras petistas são eleitos pelo conteúdo e pela força social da legenda e dos votos dos demais candidatos e candidatas – que ganharam ou perderam as eleições. Seu mandato não é uma conquista apenas pessoal ou de um grupo político, mas principalmente partidária. O partido lhe transmite força e a candidata ou o candidato – e depois a atuação parlamentar – também reforçam o partido.

• **Participar ativamente** das ações e deliberações da bancada e contribuir para o seu fortalecimento. Os membros da bancada devem

estabelecer uma relação solidária, fraterna e respeitosa, promovendo uma sólida unidade da ação parlamentar.

DICA: A bancada de vereadores e vereadoras é o órgão partidário, subordinado às deliberações do diretório municipal, que de perto discute e orienta a ação parlamentar, respeitando o estatuto do partido. As bancadas, enquanto coletivos partidários, são espaços de discussão política e de elaboração de políticas públicas. As relações entre partido e bancada devem ser fortes e claras, de modo a serem salutares, solidárias e sólidas na luta por um objetivo político comum.

• **Estreitar relações com o partido** e com o diretório municipal, dialogando e trocando experiências com o – e no – partido, contribuindo com as ações, discussões e organização partidárias.

• **Contribuir** financeiramente com o partido, nas condições estabelecidas pelo estatuto, pelo regimento interno ou resoluções dos órgãos partidários.

• **Cumprir** compromissos estabelecidos na carta eleitoral do partido dos Trabalhadores, assumidos na época eleitoral.

III. Funções específicas de vereadores e vereadoras

O Parlamento é parte do tripé de Poderes do Estado Democrático: *Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário*.

Seus integrantes têm algumas atribuições próprias e outras que são comuns às lideranças políticas. É um espaço de disputa pela hegemonia política e formulação de políticas públicas.

O vereador e a vereadora são agentes políticos no município. Os vereadores e vereadoras eleitos pelo PT são lideranças que devem defender os interesses populares e são importantes mobilizadores da comunidade na realização de ações coletivas e de defesa de direitos.

Suas atribuições específicas são:

• **Legislar**

O vereador e a vereadora têm a atribuição



maior de fazer leis, no âmbito de suas competências, tendo como premissa o fortalecimento e a garantia de direitos dos cidadãos e das cidadãs. Outras questões de relevância para a cidade, especialmente aquelas relacionadas com a formulação de políticas públicas são, em sua grande maioria, de iniciativa do Poder Executivo. Isso, porém, não retira do parlamentar e da parlamentar a responsabilidade de atuar, no âmbito de sua competência, para propor, alterar e influenciar mudanças na respectiva legislação e/ou como mediador nos casos de conflito de interesses.

DICA: Uma iniciativa muito interessante é propor que a Câmara Municipal execute uma *consolidação da legislação municipal*⁴⁰, que normalmente é dispersa, complexa e sobreposta. Isso facilita a consulta às leis e a sua atualização, retirando ou aperfeiçoando aquelas que se tornam obsoletas. Consolidar a legislação possibilita maior entendimento das leis que regem a vida da comunidade e consiste, dessa forma, em divulgação de direitos da população.

• Fiscalizar

É atribuição dos integrantes da Câmara Municipal fiscalizar o Poder Executivo municipal e o próprio Poder Legislativo e julgar as contas públicas já apreciadas pelos tribunais correspondentes.

Essa ação fiscalizadora e a denúncia de irregularidades foram importantes para a consolidação do partido e se firmaram como marca do PT no imaginário social. Os parlamentares petistas não podem deixar que essa atuação tenha um caráter reducionista; ela deve ser baseada em informações técnicas confiáveis, evitando o mero oposicionismo.

A fiscalização orçamentária, por exemplo, é uma das principais bandeiras do PT no Legislativo, desde a aprovação do orçamento, o acompanhamento de sua execução e a aprovação de contas ao final do período. Também relevante é a fiscalização sobre a aplicação e transferência de recursos de programas dos

governos estadual e federal (Bolsa-Família, SUS, FUNDEF etc.) para os municípios.

A função fiscalizadora do Legislativo em geral relaciona-se com ações do Tribunal de Contas, Ministério Público e Poder Judiciário. Por isso, as vereadoras ou os vereadores devem conhecer as principais atribuições dessas outras instituições e acioná-las sempre que for cabível.

DICA: O parlamentar ou a parlamentar deve conhecer bem todos os instrumentos regimentais que permitam o exercício de seu papel fiscalizador. Por exemplo, é importante saber que, além de proposições como o Requerimento de Informações (que pode ser enviado ao Poder Executivo para obter dados sobre sua atuação), é possível convocar autoridades para prestar esclarecimentos nas Comissões Permanentes ou no Plenário. Também relevantes são as Comissões Parlamentares de Inquérito – CPIs – que podem ser instaladas para apurar denúncias sobre irregularidades.

• Representar os interesses da sociedade local

O vereador e a vereadora, eleitos, tornam-se representantes da sociedade local como um todo, deixando de corresponder exclusivamente aos enraizamentos regionais e setoriais específicos que os elegeram.

O Legislativo pode criar instrumentos para ampliar a participação direta da sociedade na Câmara, reforçando e estimulando projetos de lei de iniciativa popular, a tribuna livre, as audiências e as consultas públicas, os referendos, os fóruns de discussão, a Câmara itinerante, entre outros, bem como a transparência nas pautas da Câmara e sua divulgação antecipada.

Isso é fundamental especialmente porque os movimentos populares dependem disso para reivindicar e defender seus interesses, em contraposição aos lobbies realizados pelos poderes econômicos no Parlamento que, via de regra, têm acesso privilegiado às informações.

⁴⁰ Consolidar a legislação implica organizá-la, atualizá-la, simplificá-la, retirando as remissões e a tornando mais estável, sólida e compreensível. Remissões são referências a outro ponto. No caso de Legislação, as leis, quando atualizadas, geralmente fazem referência a leis anteriores sobre o mesmo assunto, ao invés de conter, no próprio texto, a atualização completa, revogando essas leis anteriores.



- **Estimular e apoiar a organização de setores da sociedade**

Os movimentos sociais são tradicionalmente parceiros do PT na construção de políticas públicas, na disputa pela hegemonia política do partido e na mobilização da população pela garantia de direitos de cidadania, incorporando também os interesses da parcela da população que não participa de organizações. Por isso é fundamental a relação entre o Parlamento e os movimentos sociais.

A experiência parlamentar permite uma inserção na sociedade que pode nuclear interesses e criar nexos entre setores. Essa articulação pode, por meio de mecanismos de participação cidadã (audiências, debates, tribuna livre, fóruns etc.), gerar novas propostas e iniciativas, fortalecendo a vocação do PT para propor, construir, democratizar e governar.

Os vereadores e as vereadoras devem desenvolver um trabalho sintonizado com os movimentos sociais, incentivando-os a se organizarem cada vez mais, mantendo-os informados sobre os assuntos debatidos no Legislativo e participando das atividades promovidas pelas comunidades locais.

A difusão da informação à sociedade – por meio de publicações impressas, mídia eletrônica, rádio etc. – amplia seu conhecimento, sua capacidade de argumentação e, portanto, sua capacidade de exercer seus direitos de cidadania.

Para fortalecer os movimentos sociais, torna-se necessário promover e respeitar sua autonomia, combatendo as práticas de cooptação e manipulação.

- **Propor soluções para o desenvolvimento local e institucionalizar políticas públicas**

O parlamentar ou a parlamentar petista deve conhecer ao máximo a realidade de seu município para, entre outros objetivos, contribuir para o desenvolvimento local, que é condição estratégica para a superação da pobreza, da violência, das desigualdades e é direito de cidadania.

O vereador e a vereadora podem propor ao Poder Executivo a implantação de políticas públicas inovadoras que respondam aos problemas sociais e econômicos de seu município. Podem também propor a regulamentação, por

meio de leis, das políticas públicas existentes, garantindo sua permanência e continuidade, enquanto direito dos cidadãos e das cidadãs.

- **Debater e dialogar permanentemente**

O Poder Legislativo é, por natureza, o espaço da explicitação do conflito, da polêmica, da crítica e do debate.

A vereadora e o vereador petistas são debatedores firmes das questões locais e nacionais, mobilizadores e profundos respeitadores de opiniões diferentes, argumentadores por excelência, propositores criativos de saídas e soluções, negociadores e articuladores dos interesses dos cidadãos e cidadãs.

- **Garantir a informação fidedigna a todos os cidadãos e cidadãs, sobre a ação parlamentar da Câmara Municipal**

Para se promover a vivência de direitos, o conhecimento das leis municipais, a participação cidadã no debate político no município e a importância de tudo isso para a vida de cada cidadão e cidadã, é imprescindível que a Câmara Municipal tenha mecanismos de comunicação que garantam, a toda a sociedade, o acesso à informação objetiva, compreensível, atualizada.

Isso pode ser obtido por meio da ação direta de cada parlamentar em contato direto com a população, por meio de seus materiais impressos de mandato e/ou por instrumentos de mídia.

Deve-se desenvolver, principalmente, uma ação organizada da bancada petista e toda a Câmara, para a criação de mecanismos formais de informação e comunicação, tais como: sessões da Câmara e plenárias em bairros, matérias específicas publicadas em jornais, folhetos informativos, uso de rádio, do alto-falante nos bairros, site na Internet, mural na praça, maladireta para lideranças comunitárias e instituições que possam repassar as informações etc.

IV. Relação entre bancada petista, executivo petista e o partido

O projeto político do governo petista é uma construção coletiva e exige o compro-



misso da bancada, do prefeito ou da prefeita do PT e de todo o partido na execução do Programa de Governo.

Os Poderes Legislativo e Executivo são independentes e têm funções constitucionais específicas, portanto, não há relação de hierarquia entre os dois Poderes.

É fundamental garantir parceria e confiança mútua. Devem ser criados procedimentos e entendimentos comuns para manter o equilíbrio entre o Legislativo e o Executivo.

O governo tem obrigação de ouvir e manter informada a sua bancada, que tem uma visão própria sobre a realidade local. A bancada, por sua vez, tem a obrigação de defender e sustentar o governo e o programa petista no município, por meio de suas atribuições de Legislativo.

DICA: A criação de um Conselho Político, por exemplo, permite diálogo entre bancada, partido e Executivo petistas; é uma experiência bem-sucedida em vários municípios governados pelo PT.

V. Desafios de uma candidatura e de um mandato parlamentar petistas

A democracia exige um contínuo esforço de ampliação da consciência e da prática política democrática em uma sociedade marcada por relações sociais complexas, marcada por interesses contraditórios e muitas vezes conflitantes, por experiências culturais diversas.

Assim, trabalhar com essa realidade e marcar a identidade da ação política partidária petista dependem da superação de desafios.

Alguns desafios da campanha petista à vereança:

- Estimular a candidatura de mulheres petistas para alcançar no mínimo a cota de 30% (e no

máximo 70%) a elas destinada, pela legislação eleitoral, no total das candidaturas petistas à vereança, garantindo a igualdade de direitos. Ganhar votos pela proposta política, em oposição à atitude de “compra” de votos – prática que deve ser combatida e denunciada.

- Manter a unidade de atuação do grupo de candidaturas petistas em sintonia com o partido, criando mecanismos efetivos de convergência e regras de convivência, por meio de reuniões sistemáticas, elaboração de projetos conjuntos e realização de planejamento e debates sistemáticos, com respeito mútuo.

- Construir solidariedade ativa no processo da campanha. As candidatas e os candidatos petistas não devem disputar votos entre si, e sim disputar votos com outros partidos. Isso fortalece a possibilidade de ampliação da votação do partido e, portanto, de eleger uma bancada maior, pois os votos de outra candidatura petista, mesmo que não vitoriosa, podem ser necessários para completar o quociente eleitoral⁴¹.

- Enfrentar e combater a visão assistencialista presente na sociedade, mantendo relacionamento ético com sua base eleitoral.

- Superar o personalismo e o individualismo na elaboração de propostas e na realização da campanha.

- Vivenciar práticas de igualdade de direitos no cotidiano, superando qualquer manifestação de preconceito e discriminação.

- Cuidar para que suas manifestações e os materiais de campanha sejam objetivos, diretos, coerentes com o programa do partido, éticos e sem estereótipos de qualquer natureza⁴².

Alguns desafios do mandato parlamentar do PT:

- **Reconhecer** que a liderança social e partidária conquistada pelo vereador ou vereadora tem como contrapartida um maior controle da sociedade e do partido sobre sua atuação. Os vereadores e as vereadoras são a vitrine

⁴¹ Consulte as resoluções sobre o cálculo de quociente eleitoral e partidário e votos na legenda.

⁴² **Estereótipo** é uma manifestação do preconceito. Por exemplo: colocar, em fotos de divulgação, somente pessoas brancas; ou só mulheres cuidando das crianças ou só homens participando de grupos de decisão.



do partido perante a sociedade. Sua postura pessoal e política e seu envolvimento com as lutas sociais serão observados, avaliados e compreendidos como a “cara do PT”.

- **Ter no Programa de Governo** as referências para a ação legislativa que viabilizará as propostas apresentadas pela candidatura majoritária. Essas referências são indicativas para a elaboração das Propostas de Mandato de cada candidatura à vereança.

- **Ter em vista as premissas partidárias** para sua ação parlamentar, mesmo reconhecendo particularidades relacionadas ao tamanho do município e à condição de o PT ser ou não governo municipal.

- **Manter a ação parlamentar** sintonizada com o partido e, ao mesmo tempo, articulada aos movimentos sociais.

- **Fortalecer o trabalho coletivo** da bancada, construindo um processo constante de discussão, solidariedade e parceria entre seus membros e estimulando a estruturação de assessorias coletivas.

- **Apresentar à bancada e/ou ao partido** os projetos de lei antes de serem apresentados ao plenário para que sejam discutidos internamente, visando afiná-los com os projetos políticos do PT.

- **Melhorar o diálogo** com os meios de comunicação e com a sociedade, tornando pública a ação do Parlamento.

- **Lutar** contra os jogos políticos de troca de favores, nepotismo, monopolização de cargos e poder.

- **Unir forças políticas** para estabelecer uma orientação legislativa democrática, no que diz respeito à questão do orçamento participativo, das tribunas livres, das audiências públicas e demais formas de participação popular no âmbito do Legislativo.

- **Dimensionar** de acordo com a realidade e a complexidade locais, a estrutura dos gabinetes, suas verbas, de acordo com os princípios partidários e as necessidades exigidas para o exercício do mandato parlamentar.



6. ANEXOS

AI. Conquistas municipalistas no Governo Lula

Cresce o Brasil, ganham os municípios

As relações com os municípios dão salto de qualidade, com cumprimento de compromissos e significativo aumento de repasses. A *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, que é um grande evento do municipalismo brasileiro, apresenta questões que influenciam diretamente o dia-a-dia dos municípios e sua comunidade, como saúde, educação, saneamento e consórcio. Também foram debatidos o financiamento e gestão da saúde pública, o papel dos Legislativos municipais, além das reformas Tributária e Política.

A 11ª edição da Marcha foi realizada de 15 a 17 de abril de 2008 e reuniu cerca de 4.000 pessoas, entre prefeitos (as), secretários (as) municipais e vereadores (as), senadores (as), governadores (as) parlamentares estaduais e federais, ministros de Estado, além do presidente da República.

Efeitos do crescimento econômico

- O Fundo de Participação dos Municípios passou de R\$ 19,3 bilhões em 2003 para R\$ 33,9 bilhões em 2007;
- O Imposto Sobre Serviços (Competência Municipal) passou a representar fatia mais significativa das Receitas Próprias Municipais: de 38,4% em 2003 para 45,12% em 2006.

Transferências reajustadas acima da inflação

- Partilha da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, de R\$ 322,1 milhões em 2004, para R\$ 465,4 milhões em 2007;
- Recursos para saúde, de R\$ 13 bilhões em 2003, para R\$ 19 bilhões em 2007;

- Recursos do salário-educação, de R\$ 1,6 bilhão em 2004, para 2,3 bilhões em 2007;
- Recursos para transporte escolar, de R\$ 241,9 milhões em 2004, para R\$ 291,9 milhões em 2007.

Recursos injetados por programas sociais em 2007

- Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): R\$ 9 bilhões e R\$ 11,5 bilhões, respectivamente.

Ações pelo fortalecimento da capacidade institucional dos municípios

- Lei dos Consórcios Públicos;
- Marco Regulatório do Saneamento;
- Criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS;
- Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- Sistema Nacional de Cultura;
- Sistema Nacional de Segurança;
- Fórum Consultivo dos Governos Subnacionais do Mercosul e Cooperação Internacional entre Brasil/Itália e Brasil/França.

Compromissos assumidos pelo governo federal em 2006 e já cumpridos

- Ampliação de 1% do Fundo de Participação dos Municípios;
- Lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- Lançamento da Agenda Social;
- Lançamento da Agenda Metropolitana (PAC Habitação e Saneamento; Pró-Jovem; Mais Cultura; Pronasci; Qualificação dos Beneficiários do Bolsa Família);
- Estruturas de atendimento, como Sistema de Assessoria Federativa e Salas Prefeituras/CEF.

★

★

★



A2. Compromisso Partidário do(a) Candidato(a) Petista

Aprovado pela Comissão Executiva Nacional em 15 de abril de 2008

I. O Brasil atual

O Partido dos Trabalhadores vai disputar as eleições municipais de 2008 em uma conjuntura favorável. O Brasil ingressa em um novo ciclo de desenvolvimento. São quatro anos consecutivos de crescimento sustentado, série que atingiu a marca de 5,4% do PIB em 2007. Crescimento puxado por aumento da renda familiar, pela recuperação do salário mínimo, pela geração de mais milhões de empregos formais e pela aplicação de fortes políticas públicas claramente voltadas para a inclusão social e econômica das parcelas mais pobres da população brasileira.

O PT e o governo do presidente Lula tiraram o país da situação pré-falimentar a que havia chegado após oito anos sob comando do PSDB e do PFL (hoje Democratas). Recuperamos a capacidade de investimento e, com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), devolvemos ao estado seu papel de indutor do crescimento, invertendo a lógica neoliberal que predominou na Era FHC.

Com estas e outras ações, o governo do presidente Lula e o PT têm concretizado uma de suas principais bandeiras históricas: a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o país, com forte participação do Estado, distribuição de renda e voltado para um mercado de consumo de massa.

A continuidade desse projeto transformador tem sido assegurada, em certa medida, pela coalizão de partidos que dá sustentação e estabilidade política ao governo Lula – o que nos coloca o desafio de estabelecer relações com esses partidos sem perder de vista o fortalecimento do PT.

2. Os Compromissos de Campanha

As campanhas eleitorais e os mandatos eletivos são emblemáticos para o fortalecimento do PT. Candidatos, dirigentes, personalidades públicas e detentores de mandatos eletivos são filiados com as maiores responsabilidades, pois têm ao seu alcance maio-

res possibilidades de utilização de meios de expressão, recursos e de audiência pública. Cabe principalmente a esses militantes consolidar de forma exemplar as propostas, a ética e a disciplina do partido.

Ao firmar este documento, as candidatas e os candidatos do PT reiteram seu compromisso com as deliberações partidárias e explicitam sua concordância com as regras específicas de relacionamento entre o partido e os militantes que disputam eleições, bem como os que serão eleitos.

Os(as) candidatos(as) deverão destinar obrigatoriamente espaço significativo nos materiais de propaganda aos candidatos majoritários, à legenda partidária e, quando houver, à coligação.

É proibido realizar atividades de campanha eleitoral ou peças publicitárias com candidatos(as) de outros partidos, ou as denominadas dobradinhas, salvo no caso de coligações eleitorais aprovadas em Convenção.

Deverá haver total separação das finanças do partido das finanças das campanhas eleitorais. Os órgãos municipais só arcarão com as dívidas das campanhas eleitorais dos(as) candidatos(as) majoritários(as) quando os gastos tenham sido expressamente autorizados pelo respectivo Diretório. As instâncias superiores não se responsabilizarão por dívidas contraídas em instâncias inferiores.

É vedado ao candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- a) Entidade ou governo estrangeiro;
- b) Órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do poder público;
- c) Concessionário ou permissionário de serviço público;
- d) Entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
- e) Entidade de utilidade pública;
- f) Entidade de classe ou sindical;
- g) Pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
- h) Fundação Perseu Abramo;
- i) Pessoa física ou jurídica que mantenha atividades relacionadas aos jogos de azar,

★

★

★



jogo do bicho, bingos e assemelhados, ou que mantenha qualquer outra atividade ilícita ou comércio ilegal;

j) Pessoa física ou jurídica que mantenha atividades com a exploração da mão de obra escrava ou com menores de 14 anos.

A utilização de recursos recebidos de fontes relacionadas nas letras “a” até “h” constitui irregularidade insanável da prestação de contas enviadas à Justiça Eleitoral, ainda que idêntico valor seja posteriormente restituído.

O recebimento, por candidato, de fontes relacionadas nas letras “i” e “j” do item acima serão passíveis de punição disciplinar.

Poderá ser expulso do Partido, nos termos previstos no Estatuto, o(a) candidato(a) que atuar contra as candidaturas partidárias, ou fizer campanha para candidato(a) de partidos não apoiados pelo Partido, ou que descumprir qualquer das cláusulas do presente “Compromisso Partidário do Candidato Petista”.

Prestação de contas das campanhas eleitorais

Os candidatos deverão, para apresentação da respectiva prestação de contas, observar as normas estabelecidas no Estatuto partidário, devendo, ainda atender às exigências contidas na Lei Eleitoral, Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e Resoluções e normas aprovadas pela instância nacional do Partido, observando os limites de gastos estabelecidos pelas instâncias partidárias.

Na entrega da documentação para o registro da respectiva candidatura, deverá o(a) candidato(a) comunicar à instância partidária correspondente o número da conta bancária a ser obrigatoriamente aberta em seu próprio nome para a movimentação financeira de sua campanha eleitoral.

O(a) candidato(a) proporcional deverá efetuar os gastos de campanha em seu respectivo nome, assumindo individualmente eventuais dívidas daí decorrentes.

A prestação de contas dos candidatos proporcionais deverá ser entregue ao Comitê Financeiro no prazo estabelecido pela instância municipal para que seja devidamente consolidada e encaminhada à Justiça Eleitoral no prazo legal.

3. Os Compromissos dos Mandatos:

O Partido concebe o mandato como partidário. Por isso, os integrantes das Bancadas nas Casas Legislativas deverão subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos, bem como às deliberações e diretrizes estabelecidas pelas instâncias de direção partidária.

O(a) candidato(a) reconhece, através deste Compromisso e nos termos do Estatuto do Partido, que todo mandato eletivo pertence ao Partido e que suas instâncias de direção poderão adotar todas as medidas necessárias para preservar esse mandato se o ocupante deixar a legenda ou dela for desligado, e compromete-se, se eleito a:

a) combater rigorosamente qualquer privilégio ou regalia em termos de vencimentos normais e extraordinários, jetons, verbas especiais pessoais, subvenções sociais, concessão de bolsas de estudo e outros auxílios, convocações extraordinárias ou sessões extraordinárias injustificadas das Casas Legislativas e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal, próprio ou de terceiros, ou ações de caráter eleitoreiro ou clientelista;

b) contribuir financeiramente de acordo com as normas previstas no Estatuto e Resoluções das instâncias superiores;

c) em questões polêmicas ou projetos de lei controversos de iniciativa da Bancada Parlamentar, participar dos debates amplos e sistemáticos a serem organizados no interior do Partido.

Os petistas detentores de mandatos eletivos devem se empenhar na construção das melhores condições para o exercício dos mandatos. Isso significa colocar à disposição da população o maior leque de informações em especial aquelas relativas à arrecadação e gastos no Executivo e no Legislativo. Significa também dar ampla publicidade aos procedimentos e tramitações internos, e adequar as instituições ao atendimento dos interesses da população. Faz parte desse objetivo, batalhar pela qualificação das assessorias no legislativo e no executivo, pela informatização e outros mecanismos que favoreçam a democratização.

*



4. Executivos e Instâncias: Conselho Político

Será constituído em cada governo municipal do PT um conselho político integrado, necessariamente, pelo Prefeito, Secretários, direção partidária e liderança de bancada. Nos governos de coalizão dirigidos por outros partidos, o Conselho Político deverá ser um dos itens programáticos da coligação. O caráter do conselho político será definido posteriormente pelo DN.

5. Assessorias e Funcionários

As bancadas municipais constituirão assessoria coletiva, além das assessorias individuais de cada parlamentar.

5.1 - Para a infra-estrutura da assessoria coletiva e de outros organismos do Partido, cada parlamentar deve colocar à disposição os meios necessários para seu funcionamento, nas condições estabelecidas no Estatuto e Resoluções aprovadas pelas instâncias superiores do Partido, respeitadas a legalização e as normas vigentes nas instituições em que se encontrem.

5.2 A Assessoria coletiva deverá servir para o aprimoramento da relação da bancada parlamentar com o Partido e a elaboração de políticas públicas, estabelecendo canais de comunicação para que sejam implementados os projetos defendidos pelo Partido.

6. Contribuição Financeira

A candidata ou candidato, se eleita/eleito, compromete-se a efetuar, mensalmente, contribuição financeira nas condições estabelecidas pelo Estatuto e Resoluções dos órgãos superiores do Partido.

7. Bancada, lideranças e instâncias

A Bancada Parlamentar é um órgão partidário que se subordina às deliberações do Diretório de nível respectivo. A indicação da Liderança da Bancada será de responsabilidade da própria bancada, ouvida a Comissão Executiva do Diretório correspondente. A Liderança da Bancada integra a Comissão Executiva e o Diretório de nível correspondente, com direito a voto. Pelo menos um integrante dessa Comissão Executiva participará regularmente das reuniões de bancada.

8. Planos e projetos no legislativo

Pelo menos uma vez por semestre, os Di-

retórios promoverão reunião com a Bancada do nível correspondente, para balanço, prestação de contas, apresentação de propostas comuns e indicação de diretrizes.

9. Planos, projetos e acompanhamento no Executivo

Da mesma forma, ao menos semestralmente, os Diretórios promoverão reunião com o Executivo do respectivo nível para balanço, prestação de contas, apresentação de propostas comuns e indicação de diretrizes.

10. Contribuição financeira da assessoria e funcionários do mandato

O(a) candidato(a) se compromete a cumprir, se eleito, a resolução do 3º Congresso, que determina que o parlamentar petista é o responsável pela regularidade da contribuição de todos os assessores e funcionários do mandato, efetuando tais contribuições na forma definida pela Secretária Nacional de Finanças e Planejamento.

11. Assessorias dos Executivos

A escolha dos integrantes de todos os escalões dos governos municipais é de responsabilidade dos prefeitos(as) eleitos(as), ouvidas as instâncias partidárias e os partidos coligados, quando houver.

12. Nepotismo

O(a) mandatário(a) petista não poderá nomear ou designar para cargos, empregos ou funções de confiança de direção, chefia e assessoramento, que compõem os quadros de pessoal do Executivo e Casas Legislativas, o cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, inclusive, dos respectivos titulares da prerrogativa de nomeação ou de designação, inclusive por delegação de competência, ou de agente público que esteja diretamente subordinado a esses titulares.

Excetua-se desta obrigação o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou emprego permanente no quadro de pessoal do respectivo órgão ou entidade, desde que observada compatibilidade entre o nível de formação e qualificação do servidor com a função, emprego ou cargo de confiança a ser exercido, vedado o exercício

★

★

★



de cargo, emprego ou função de confiança subordinado a cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau civil. Excetua-se também a relação de parentesco que venha a se constituir após a nomeação ou investidura no cargo, emprego ou função de confiança.

Esta obrigação aplica-se aos cargos, empregos e funções de confiança dos poderes Executivo e Legislativo, assim como das entidades da administração indireta, inclusive empresas estatais e sociedades de economia mista e quaisquer pessoas jurídicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos.

13. Outros compromissos

As Bancadas Parlamentares, os Diretórios e os Encontros poderão adotar resoluções para aperfeiçoar a concepção petista e partidária dos mandatos eletivos majoritários ou

proporcionais, desde que não estejam em contradição com o Estatuto, as Resoluções Nacionais e este Compromisso, submetendo-as ao referendo das instâncias superiores. As presentes normas deverão ser observadas obrigatoriamente a partir da campanha eleitoral por todos os candidatos, candidatas, parlamentares e membros do Executivo eleitos pelo Partido.

O(a) candidato(a) compromete-se, ainda, a cumprir as demais resoluções aprovadas pelo Diretório Nacional relativas às eleições 2008. Quando houver comprovado descumprimento de qualquer uma das cláusulas do presente “Compromisso Partidário do Candidato Petista”, assegurado o pleno direito de defesa à parte acusada, o(a) candidato(a) será passível de punição, que poderá ir da simples advertência até o desligamento do Partido com renúncia obrigatória ao mandato, nos termos previstos no Estatuto do PT.

Declaro que estou de acordo com esse compromisso, bem como com o conteúdo estabelecido no Programa e no Estatuto e nas demais normas e resoluções do Partido, tanto em relação à campanha quanto em relação ao exercício do mandato.

Nome do(a) Candidato(a) (por extenso)

Assinatura

Cargo a que está concorrendo

Local e Data

Atenção: Após a assinatura em três vias do “Compromisso Partidário do(a) Candidato(a) Petista”, uma via deverá ficar no Diretório Municipal, uma via com o Candidato(a) e a terceira deve ser encaminhada para o respectivo Diretório Estadual.



7. PUBLICAÇÕES CONSULTADAS

TÍTULO	AUTORIA	DATA
125 Dicas – Idéias para a ação municipal	Pólis	
A Ação do Vereador do PT	Partido dos Trabalhadores – SNAI	
A atuação parlamentar do PT na Câmara Municipal de São Paulo – uma história de luta pela cidadania	Aldaíza Sposati	
A Candidatura – Roteiro de Vídeo	PROJRE	2008
A política e a sociedade juntas na prevenção e repressão ao crime e à violência	Campanha Marta Governadora	1998
Ação do Vereador Petista nos Municípios onde o PT é Governo	Textos “Atuação Parlamentar Petista” – Estilac Xavier	2001
Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local	Revista Pólis	
Caderno de Formação – Candidatos a Vereador do PT – 2008	Diretório Estadual do PT-SP	2008
Cidadania e Democracia – o que acontece nas cidades em que o PT é governo	Instituto Florestan Fernandes, PT, SNAI	2000
Código de Ética – substitutivo ao projeto de resolução 12/2000	Câmara Municipal de São Paulo	2002
Combater a miséria e resgatar a cidadania (renda mínima)	Campanha Marta Governadora	1998
Compromisso com as mulheres	Coligação Lula Presidente	2002
Comunicação eficiente em campanhas eleitorais	Roteiro e Dicas – GTE	2000
Concepção e diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil (Lula 2002)	Diretório Nacional do PT	2002
Congresso da Cidade – Belém	PTdoc/SNAI	2002
Conselhos gestores de políticas públicas	Revista Pólis	
Construindo a igualdade - políticas públicas para as mulheres	Campanha Marta Prefeita	2000
Curso de Formação à Distância para Vereadores do PT – Exemplar do(a) Cursista	Partido dos Trabalhadores/ Fundação Perseu Abramo	2001
Desafios do governo local - O modo petista de governar	Vários autores	

*

★

★



TÍTULO	AUTORIA	DATA
Desenvolvimento e mobilidade para o Brasil - Transportes	Coligação Lula Presidente	2002
Desenvolvimento local – Geração de Emprego e Renda	Revista Pólis	
Diagnóstico Participativo – Santo André	PTdoc/SNAI	2001
Diretrizes do Programa de Governo	Campanha Marta Governadora	1998
Diretrizes para Elaboração de Programa de Governo	Partido dos Trabalhadores – GTE 2004 – Instituto Florestan Fernandes	2004
Educação com qualidade num governo democrático e participativo	Campanha Marta Governadora	1998
Educação nas eleições municipais 2000	Roteiro e Dicas – GTE	2000
Estatuto da Cidade – Lei 10.257 (10/07/2001)	Governo Federal	2001
Garantindo o direito universal à saúde	Campanha Marta Governadora	1998
Gênero nas Administrações – Desafios para Prefeituras e Governos Estaduais	Fundação Friedrich Ebert	2000
Gestão Democrática e Modernização Administrativa	Instituto Florestan Fernandes	2003
Governo e cidadania – Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar	Inês Magalhães, Luiz Barreto e Vicente Trevas (org.)	
Governo e regiões definindo seu desenvolvimento	Marta Governadora	1998
Governos Estaduais: desafios e avanços. Reflexões e relatos de experiências petistas. CD-Rom Orçamento Participativo. Experiências em administrações municipais e estaduais	Jorge Bittar (organizador) SNAI	2003
Guia como cuidar do Centro	PMSP - Administração regional da Sé	2001
Guia da participação solidária	Governo RS	08/01
Guia para reconstruir as calçadas do centro e dos bairros centrais	PMSP - Administração regional da Sé	2001
Guia para mobilidade acessível em vias públicas	PMSP / SEHAB / CPA	2003
II Plano Nacional da Mulher	Secretaria de Políticas para Mulheres - Brasília www.spmulheres.gov.br	2008
Manual do Candidato e Candidata a Vereador(a)	Domingos Augusto Taufner	2000
Meio ambiente – subsídios para um programa de desenvolvimento sustentável	Roteiro e Dicas – GTE	2000

*



TÍTULO	AUTORIA	DATA
Modernização administrativa – Santo André	PTdoc/SNAI	1997
Movimentos populares e políticas públicas	Roteiro e Dicas – GTE	2000
O Modo Petista de Governar na Saúde	Secretaria de Assuntos Institucionais / PT-SP	
O Papel do PT no Legislativo	Textos “Atuação Parlamentar Petista” – Bancada do PT de Santo André	2001
O PT e o Parlamento	Aldaíza Sposati e Francisco Macena	1999
O PT e o Parlamento	José Eduardo Cardoso	2001
Orçamento Participativo – Imperatriz	PTdoc/SNAI	2001
Orçamento Participativo – São Paulo	PTdoc/SNAI	2001
Organizando uma campanha petista – Vereador e Vereadora	Roteiro e Dicas – GTE	2000
Ouidoria da Cidade de Santo André	PTdoc/SNAI	2000
Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	Secretaria de Políticas para Mulheres – Brasília	2007
Planejamento estratégico participativo do meio rural de Chapecó	PTdoc/SNAI	1999
Plano de desenvolvimento local sustentável de Icapuí	PTdoc/SNAI	2001
Plano Plurianual PPA 2004/07. Plano Brasil um País de Todos	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Brasília	2003
Plano Plurianual PPA 2008/11	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Brasília	2007
Poder local e socialismo	Celso Daniel, Marina Silva, Miguel Rosseto e Ladislau Dowbor	2002
Política Nacional de Desenvolvimento Regional – Proposta para discussão pública.	Ministério da Integração Nacional	2003
Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília	2003
Preparando a Batalha Eleitoral	GTE	1996
Programa Brasil sem Homofobia	Secretaria Especial de Direitos Humanos – Brasília	2004
Programa de administração participativa – Camaragibe	PTdoc/SNAI	1997
Programa de Governo Lula Presidente	Coligação Lula Presidente	2002
Programa de Governo	Campanha Marta Prefeita	2000

★

★

★



TÍTULO	AUTORIA	DATA
Programa de Governo	Campanha Genoíno Governador	2002
Programa de Governo – Parâmetros partidários para sua elaboração	Roteiro e Dicas – GTE	2000
Programa de Governo 2002: Um Brasil para todos. Coligação Lula Presidente 2002. Caderno [Geral].	Partido dos Trabalhadores. São Paulo	2002
Programa de Governo 2006: Programa de Governo 2007/2010	Coligação A Força do Povo – PT/PCdoB/PRB. Caderno [Geral]. São Paulo: Partido dos Trabalhadores	2006
Programa de Governo 2006: Programa Setorial de Direitos Humanos	Coligação A Força do Povo – PT/PCdoB/PRB Caderno [específico] São Paulo, Partido dos Trabalhadores.	2006
Programa de Governo 2006: Programa Setorial de Igualdade Racial	Coligação A Força do Povo – PT/PCdoB/PRB Caderno [específico] São Paulo, Partido dos Trabalhadores.	2006
Programa de Governo 2006: Programa Setorial de Mulheres	Coligação A Força do Povo – PT/PCdoB/PRB Caderno [específico] São Paulo, Partido dos Trabalhadores.	2006
Programa de Governo 2006: Programa Setorial LGBT	Coligação A Força do Povo – PT/PCdoB/PRB Caderno [específico] São Paulo, Partido dos Trabalhadores.	2006
Programa de Governo Lula Presidente	Coligação Lula Presidente	2002
Programa de Modernização Administrativa da Prefeitura de Guarulhos	Valter Correa Silva e Maria Isabel Fonseca	2001
Programas para o setor rural – subsídios para eleição 2000	Roteiro e Dicas – GTE	2000
Projeto de Resolução 03 – PR03/0012/2000; dispõe sobre o Código de Ética dos Vereadores e dá outras providências	Câmara Municipal de São Paulo	2000
Reconstruir o Centro – reconstruir a cidade e a cidadania	PMSP - Administração Regional da Sé	2001
Reforma Política e Cidadania	Maria Victoria Benevides, Paulo Vannuchi e Fábio Kerche (org)	2003
Relatório da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir)	Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. Brasília www.presidencia.gov.br/seppir	2005

*



TÍTULO	AUTORIA	DATA
Relatório do Encontro do Fórum Nacional de Vereadores do PT – Oficina GTE 2008 – Eleições para Vereadores	Partido dos Trabalhadores – GTE 2008	2008
Roteiro & Dicas – Organizando uma Campanha Petista – Vereador e Vereadora	Partido dos Trabalhadores – GTE 2000	2000
Roteiro da Exposição da Vereadora Nilza Lima – Barreiras/BA	Nilza Lima	2008
São Paulo sem preconceitos (mulheres e negros)	Campanha Marta Governadora	1998
Saúde – um programa petista para o município	Roteiro e Dicas – GTE	2000
Teoria e debate nº 48	Fundação Perseu Abramo	2001
Texto para discussão do Programa de Governo do PT	Executiva estadual do PT	1998
Texto-base da Conferência Nacional – Direitos Humanos e Políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais	Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Brasília www.presidencia.gov.br/sedh	2008
TIME – Trabalho Integrado de Melhoria Urbana	PTdoc/SNAI	2001
Um voto com raça e com classe – o combate ao racismo e as eleições 2000	Roteiro e Dicas – GTE	2000
Uma escola do tamanho do Brasil – educação	Coligação Lula Presidente	2002
Vencer na cidade e construir um país – orientações para a eleição 2004	Durval Ângelo Andrade (org.)	2003

★

★

★



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As eleições municipais de 2008 devem se pautar principalmente pela defesa e garantia dos direitos das pessoas à cidade, pelas questões municipais, pelas demandas locais.

O Brasil é uma Federação onde os Municípios, em conjunto, constituem um Brasil que será mais democrático, mais justo e mais desenvolvido, a partir de uma atuação política e administrativa ética e democrática dos poderes municipais e da força da sociedade local organizada.

A atuação das candidaturas à vereança vai incidir nessa construção.

Quanto mais **democrática, ética, so-**

lidária e ampla for nossa atuação nesta campanha, quanto mais **afinada** com os **propósitos e compromissos partidários**, quanto mais articulada for às demandas e às necessidades reais da população, **maior será a força de cada candidatura e do nosso partido.**

E o mais importante: **maior será o conjunto de forças democráticas que se articulam para a garantia da vigência do Estado de Direito, da democracia e da Justiça Social no Brasil.**

Boas propostas, boa campanha... e à vitória!



Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral
Maio/2008

Coordenação Geral
Ricardo Berzoini

Coordenação das Diretrizes para o Programa de Governo
Selma Rocha

Texto

A elaboração deste texto tomou como base os cadernos elaborados em 2004 pelo Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes e os textos sobre Desenvolvimento Local produzidos pelo Grupo de Trabalho de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo composto por Antonio Carlos Granado, José Cavalli, Jupira Cauhy e Matilde Ribeiro.

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

SCS - Quadra 2, Bloco C, N° 256, Edifício Toufic, 1° Andar
Brasília / DF - Brasil • CEP 70302 - 000
Fone: +55 61 3213-1313

www.pt.org.br



"O Programa de Governo é um instrumento de convencimento sobre as possibilidades de mudança da vida das pessoas e de afirmação do projeto de desenvolvimento nacional em curso."

Ricardo Berzoini
Presidente Nacional do PT



Partido dos Trabalhadores
Diretório Nacional

www.pt.org.br